



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu*
Mestrado Profissional em Educação**

ANA LUÍSA ANTUNES REZENDE TOLFO

PARTICIPAÇÃO: UM ELEMENTO CONSTITUTIVO DA ESCOLA DEMOCRÁTICA

**Jaguarão
2018**

ANA LUÍSA ANTUNES REZENDE TOLFO

PARTICIPAÇÃO: UM ELEMENTO CONSTITUTIVO DA ESCOLA DEMOCRÁTICA

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação Stricto sensu em Educação da Universidade Federal do Pampa, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Maria Gritti

**Jaguarão
2018**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

TT649p Tolfo, Ana Luísa Antunes Rezende Tolfo
Participação: um elemento constitutivo da escola
democrática / Ana Luísa Antunes Rezende Tolfo
Tolfo.
83 p.

Dissertação (Mestrado)-- Universidade Federal do
Pampa, MESTRADO EM EDUCAÇÃO, 2018.
"Orientação: Silvana Maria Gritti".

1. Participação. 2. Comunidade Escolar. 3.
Gestão Democrática. I. Título.

ANA LUÍSA ANTUNES REZENDE TOLFO

PARTICIPAÇÃO: UM ELEMENTO CONSTITUTIVO DA ESCOLA DEMOCRÁTICA

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação Stricto sensu em Educação da Universidade Federal do Pampa, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Trabalho de conclusão de curso aprovado em: 03/08/2018

Banca examinadora:

Silvana M. Gritti

Prof.ª. Dr.ª. Silvana Maria Gritti
Presidente
UNIPAMPA

Silvana M. Gritti - por parecer

Prof.ª. Dr.ª. Juliana Brandão Machado
UNIPAMPA

Paula Selbach

Prof.ª. Dr.ª. Paula Trindade da Silva Selbach
UNIPAMPA

Silvana M. Gritti - por UAB

Prof. Dr. Jerônimo Sartori
UFFS

DEDICATÓRIA

*A minha mãe Dileusa, “ser” que agradeço a Deus
por ter em minha vida.*

AGRADECIMENTOS

A Deus.

Aos amores da minha vida: Dileusa, Ana Beatriz, Ana Cristina, Zeni, Tiago, Jocelene, Gracielin e Gabriel.

Aos que acreditaram no sonho: Dirce e Luiz.

Aos que mesmo de longe (seja pela distância, impossibilidade, trabalho) me incentivaram: Maria, Daniel, Ana Paula, Alisson e Maximiliano.

A minha querida orientadora Prof^a. Dr^a. Silvana Maria Gritti, que me acolheu, acreditou em minha capacidade e esteve carinhosamente sempre presente.

Aos professores da banca, Dr^a. Juliana Brandão Machado, Dr^a. Paula Trindade da Silva Selbach e Dr. Jerônimo Sartori pela disponibilidade em atender o convite de acompanhar o trabalho e pela forma como conduziram suas considerações no aprimoramento deste.

A equipe gestora, aos professores, funcionários, pais, alunos e comunidade da Escola Municipal de Educação Básica Fernando Ferrari pela disponibilidade ao diálogo e pela acolhida em todos os momentos da pesquisa.

Aos professores da Universidade Federal do Pampa, Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Mestrado Profissional em Educação, Campus Jaguarão.

Aos colegas da bancada do Alegrete, companheiros das longas horas de viagem Alegrete-Jaguarão.

Onde a paz vem da imensidão do céu.

RESUMO

A presente pesquisa tem como tema a participação na escola, propondo-se a problematizar como a Escola Municipal de Educação Básica - EMEB Fernando Ferrari viabiliza a participação dos diferentes segmentos que a compõe. Como forma de desenvolver a pesquisa, objetivou-se identificar e compreender os instrumentos e mecanismos utilizados pela escola que possibilitem a participação dos pais, alunos, professores, funcionários e a comunidade em geral a envolver-se nos processos constitutivos da escola, discutir com a comunidade os conceitos de participação, buscando compreender e descrever os fatores que facilitam e/ou limitam a participação destes. A proposta metodológica deste trabalho está fundamentada nos princípios da pesquisa ação qualitativa, partindo da construção/elaboração do problema com o levantamento de dados da realidade onde se pretende trabalhar. Foi realizado pela pesquisadora a análise de documentos que certifiquem, garantam e promovam a participação dos diferentes segmentos que compõem o espaço escolar, assim como a observação participante natural, que é quando o observador pertence ao grupo que investiga. À comunidade foram propostos os círculos de compartilhar e como forma de registro das considerações dos sujeitos fez-se uso de questionários. Através dos relatos foi possível considerar que a escola precisa tomar frente às iniciativas de aproximar os integrantes da comunidade escolar, delineando caminhos para a implantação de uma gestão democrática, não só realizando convite aos participantes do processo, mas gerando condições para que os mesmos queiram e possam estar inseridos. Dessa forma para que haja a participação e que se materialize a gestão democrática, considerando uma educação de qualidade e o atendimento as necessidades das questões educacionais mostra-se imprescindível o envolvimento de cada sujeito. Porém mobilizar a comunidade escolar nem sempre se mostra uma tarefa fácil, precisa estar bem delineada e desenvolver mecanismos que objetivam buscar a participação como forma de transformar o meio em que se está inserida.

Palavras-chave: Comunidade Escolar. Gestão Democrática. Participação.

ABSTRACT

The present research has as its theme the participation in the school, proposing to problematize how the Municipal School of Basic Education - EMEB Fernando Ferrari makes possible the participation of the different segments that compose it. As a way of developing the research, the objective was to identify and understand the instruments and mechanisms used by the school that allow the participation of parents, students, teachers, employees and the community in general to become involved in the school's constituent processes, to discuss with the community, the concepts of participation, seeking to understand and describe the factors that facilitate and / or limit their participation. The methodological proposal of this work is based on the principles of qualitative action research, starting from the construction / elaboration of the problem with the data collection of the reality where one intends to work. The researcher performed the analysis of documents that certify, guarantee and promote the participation of the different segments that make up the school space, as well as natural participant observation, which is when the observer belongs to the group that investigates. To the community were proposed the circles of sharing and as a way of recording the subjects' considerations, questionnaires were used. Through the reports, it was possible to consider that the school needs to take on the initiatives of bringing the members of the school community together, outlining ways to implement democratic management, not only by inviting the participants of the process, but also by generating conditions for them to want and can be inserted. Thus, in order for participation to take place and for democratic management to materialize, considering the quality of education and attending to the needs of educational issues, it is essential to involve each subject. However, mobilizing the school community is not always an easy task, needs to be well delineated and develop mechanisms that aim to seek participation as a way to transform the environment in which it is inserted.

Keywords: School Community. Democratic management. Participation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização dos bairros de Alegrete/RS	35
Figura 2 - Círculo de Cultura – Angicos – 1963.....	61
Figura 3 - Círculo de Participar – EMEB Fernando Ferrari - 2017.....	63
Figura 4 – Atendimentos - ACISO.....	65

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Do universo de professores.....	32
Quadro 2 – Funcionários	32
Quadro 3 – Auxiliares.....	32
Quadro 4 – Mediadores.....	33
Quadro 5 – Resumo geral das turmas regulares.....	33

LISTA DE SIGLAS

ACISO – Ação Cívico Social

COM-VIDA - Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida

CIEE - Centro de Integração Empresa-Escola

CPM - Círculo de Pais e Mestres

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado em Assistência Social

EMEB - Escola Municipal de Educação Básica

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MOV - Movimento da Vida

PPP - Projeto Político Pedagógico

PROCON - Programa de Proteção e Defesa do Consumidor

SAE - Secretaria de Assuntos Estratégicos

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

URCAMP - Universidade da Região da Campanha

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	25
2 SOBRE A PESQUISADORA	27
3 CONTEXTO DA INTERVENÇÃO.....	31
3.1 A escola e suas ações.....	35
3.1.2 Mecanismos de participação na escola	37
4 REFERENCIAL TEÓRICO	42
4.1 Gestão democrática participativa.....	42
4.2 Mecanismos de participação e a participação da comunidade escolar	47
5 O CAMINHO	53
5.1 Descobertas iniciais	54
5.2 Círculos de compartilhar	59
5.3 O que os círculos nos trouxeram	65
5.3.1 Sujeitos da história	65
5.3.2 Relação comunidade e escola	68
5.3.3 Fatores que facilitam e/ou limitam a participação dos diferentes segmentos que compõem a escola	70
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS.....	78

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como tema a participação na escola, propondo-se a problematizar como a Escola Municipal de Educação Básica - EMEB Fernando Ferrari viabiliza a participação dos diferentes segmentos que a compõe.

Como forma de desenvolver a pesquisa, objetivou-se identificar e compreender os instrumentos e mecanismos utilizados pela escola que possibilitem a participação dos pais, alunos, professores, funcionários e a comunidade em geral a envolver-se nos processos constitutivos da escola, discutir com a comunidade escolar os conceitos de participação, buscando compreender e descrever os fatores que facilitam e/ou limita a participação destes.

No corpo do trabalho seguem algumas considerações sobre a formação da pesquisadora, assim como o relato de algumas experiências profissionais.

A seguir, o leitor é situado sobre o contexto da intervenção com uma descrição da escola, seu espaço físico, formação dos profissionais, caracterização dos alunos, as ações e os mecanismos de participação presentes.

Como construção teórica, faz-se referência à gestão democrática participativa, e à participação da comunidade escolar através de mecanismos de participação. Pois Lück (2006) evidência na gestão democrática a importância da participação, sendo estes dois termos praticamente inseparáveis, onde conceituando um, certamente remete-se ao significado do outro.

O caminho percorrido durante a pesquisa é descrito a seguir, desde as descobertas iniciais através dos questionários da avaliação institucional da escola, aos encontros denominados círculos de compartilhar, momento em que a comunidade foi convidada a participar dos diálogos e a estruturar as ações seguintes da pesquisa.

Freire (2004) indica que a escola deve realizar esforços no sentido de conseguir a maior convocação possível de todos os que convivem em torno e dentro dela, para que possam, assim, se inserir em diversas ações de forma que haja a formação de um espírito democrático e de direitos de cidadania.

Logo após a realização dos círculos, coube refletir sobre o que estes nos trouxeram, onde através das falas, ideias e considerações dos participantes foram

elencados: sujeitos da história, relação comunidade e escola, e fatores que facilitam e/ou limitam a participação dos diferentes segmentos que compõem a escola.

Nas considerações finais buscou-se retomar a proposta inicial do trabalho de pesquisa, através dos objetivos, tecendo comentários sobre as impressões e construções que a comunidade participante desenvolveu nas ações apresentadas.

2 SOBRE A PESQUISADORA

“Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo.”

Paulo Freire

Ao terminar o ensino médio, paira a dúvida sobre a maioria dos concluintes, sobre o que fazer ou o que cursar, não sendo diferente comigo, porém sabia que não iria muito longe da área educacional, pois já observava o gosto pelo ensinar. Chegou então a época do vestibular, diferentes instituições, cursos de escolha: Matemática e Pedagogia. Aprovação: Pedagogia e Matemática. Parece brincadeira do tempo, mas o resultado e período de matrícula do curso de Pedagogia aconteceria bem antes da minha primeira escolha, porém se não garantisse vaga poderia ficar sem nenhuma opção. Conversando com minha mãe Dileusa iniciei Pedagogia e logo em seguida, ingressei em Matemática. Assim de 2005 a 2008 as duas graduações foram minhas companheiras, e se tivesse que escolher novamente realizaria da mesma forma, pois uma veio complementando a outra, como a razão e a emoção, possibilitando um crescimento significativo. Durante as graduações pude participar de projetos que visavam o contato direto com a realidade de escola, com o chão da sala de aula, e com a importância da constante formação dos profissionais em educação e sua disponibilidade em participar das propostas.

No ano de 2007, após ser aprovada em concurso público da cidade e não poder assumir devido ainda não ter finalizado a graduação de Matemática, surgiu a possibilidade de estágio na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Alegrete, no setor de controle escolar, setor este responsável pela documentação escolar dos pólos educacionais – escolas da zona rural. Em 2008 iniciei o curso de Especialização em Ensino da Matemática, e em setembro do mesmo ano, após ter concluído as graduações, iniciei minha carreira profissional na rede pública municipal de Alegrete, através de concurso público, como professora de matemática e ciências no ensino fundamental séries finais – 5ª a 8ª, (hoje denominado anos finais – 6º a 9º). Finalizei o ano de 2008 dividindo a carga horária entre duas instituições de ensino, sendo a terceira professora naquele ano a atendê-los, devido a falta de profissionais na rede. Nesta oportunidade deparei-me com alguns questionamentos: Como cumprir os conteúdos previstos para as séries? Selecionar somente os conteúdos pré-requisitos para o ano seguinte? E como dar continuidade

a matéria, se muitos não desenvolviam mecanismos simples da matemática? Após refletir e expor a situação para os alunos formamos uma parceria, fazendo com que nosso finalzinho de ano letivo pudesse render da melhor forma, obtendo um significativo retorno nos resultados finais.

Iniciou-se 2009 com novas expectativas, turmas que poderia acompanhar durante todo o ano letivo e mais um turno de trabalho com uma turma de educação infantil, com pontos em comum, havia alunos com deficiência, como atendê-los, como significar suas aprendizagens, o que o valor de uma incógnita “x” ou “y”, significaria pra eles. Aprendi que uma das melhores coisas a se fazer era tentar “conhecê-los”, o que pensam, como entendem as situações que o cercam, para a partir daí tentar contribuir em seu crescimento. Concluí a especialização em 2010 e neste mesmo ano, mediante processo de escolha entre os colegas, assumi a coordenação pedagógica da escola onde trabalho. Propôs-se um grande desafio, pois mesmo tendo formação na área, as atividades do setor pedagógico vão muito além, pois o trabalho só evolui e efetiva-se quando se consegue formar laços de confiança e respeito entre todos, o que não se conquista em um único dia. Como meu trabalho no setor foi uma escolha dos próprios colegas, obtive muito apoio e certa abertura para conseguir assessorá-los.

Em 2011 iniciei especialização em Docência na Educação Profissional Técnica e Tecnológica buscando conhecimento nesta área, tive a possibilidade de vivenciar situações até então desconhecidas a mim quanto ao processo educacional, seus sujeitos, legislação específica entre outros, vindo a concluí-la em 2013. Novamente prestei concurso público, em 2012, para Pedagogo – Supervisor Escolar, estando agora nomeada para o cargo de coordenação pedagógica, na mesma escola até os dias de hoje. Ainda no ano de 2012, fui agraciada com o Prêmio Educador Paulo Freire pelo projeto “Existe uma história para contar...”, que surgiu com o intuito de valorizar e estimular as produções escritas dos profissionais da escola, através da publicação de um livro.

Mesmo com algumas dificuldades que encontro em minha profissão, considero-me muito feliz onde trabalho, consegue-se espaço e apoio dos colegas para realizar diferentes atividades e projetos. Os profissionais, não só professores, mas também funcionários participam das propostas da escola e demonstram interesse e gosto em poder opinar, debater e discutir ideias ou funcionalidades da escola. As formações realizadas na escola visam oferecer a todos este espaço e

consciência de fazerem parte da educação. Observa-se nestes últimos anos, através de ações concretas, que os profissionais da escola demonstram maior confiança em si mesmo, como: funcionários, auxiliares e professores apresentando palestras no seminário anual promovido pela escola, inscrevendo trabalhos em mostras científicas no município, buscando novas formações em cursos técnicos, graduações e especializações.

No ano de 2016, dentre as propostas de formações previstas no calendário escolar com os professores, colegiados e pais, propôs-se formação específica para os funcionários, o que foi bem recebido pelos profissionais da área, considerando-se que estão empenhados em se fazer presentes nas reuniões mesmo em turno inverso.

Observo, em minha trajetória que o termo “participar” sempre esteve muito presente em minhas ações, e buscando localizá-lo em minha formação quanto “gente”¹, facilmente surge às minhas lembranças, às ações de minha mãe. Sou a filha mais velha de três irmãs. Nosso pai por obrigação do serviço (trabalhava na região da campanha) de certa forma manteve-se distante em nossa infância. Assim, contávamos com a nossa mãe e ela conosco, e fomos criando uma ligação muito significativa. Ela sempre nos colocava a par das decisões que se faziam necessárias, inclusive nos fazendo opinar, mesmo em questões simples como fazer a lista do mercado, pintar a casa, que presente iria comprar para algum aniversário, se poderíamos viajar nas férias ou situações mais sérias como a escolha dos candidatos em uma eleição e o porquê – inclusive íamos até a cabine de votação efetuar o voto.

Tive a oportunidade de acompanhá-la também em certos momentos de sua vida profissional, como professora e gestora de uma das maiores escolas estaduais da cidade, escola esta em que eu era aluna, tempos de muita aprendizagem. Lembro-me de alguns episódios em que a participação das pessoas era muito expressiva: o chamamento a comunidade para reestruturar a banda marcial da escola, aquelas pessoas todas em campanha para ajudar a “Tia Dileusa” (como ainda hoje é carinhosamente chamada pela comunidade); na época em que o governo Olívio realizou encontros de formação com os Conselhos Escolares, Círculos de Pais e Mestres, aquelas pessoas (pais, funcionários e professores) em

¹ Referência à Paulo Freire.

mobilização para viajar e ir opinar sobre as questões da educação no Estado; As demandas do então chamado Orçamento Participativo - período de grandes conquistas para a escola – quando as comunidades de diferentes instituições lotavam ginásios em virtude de poder votar e eleger quais as necessidades em que o orçamento público deveria ser aplicado. Era um sentimento de pertença (BORDIGNON, 2004), que fazia bem as pessoas e fortalecia o ambiente da escola.

São relatos que me fazem refletir sobre o que realmente vem a ser participação em uma escola, o que a caracteriza, o que a limita e o que se constitui nessas vivências.

3 CONTEXTO DA INTERVENÇÃO

“Educar é impregnar de sentido o que fazemos a cada instante!” Paulo Freire

A Escola Municipal de Educação Básica Fernando Ferrari iniciou seu funcionamento no ano de 1969, no Bairro Vera Cruz, observada a necessidade daquela região, sendo depois transferido para o Bairro Capão do Angico devido o crescente número de escolas estaduais nas proximidades. A Escola ficou regularmente instituída a partir do Decreto de Criação nº 39/74, de 27 de agosto de 1974, funcionando no Centro Social Urbano, de 1ª a 4ª série.

O prédio da Escola foi construído na Rua Guabijú nº 81, Bairro Capão do Angico, sendo inaugurado em março de 1988. Em 1991 foi autorizada a implantação do Ensino Fundamental completo, tendo sua primeira turma de concluintes de 8ª série em 2005.

Entre os anos de 2006 e 2008 a escola funcionou em uma casa, esquina das ruas Santa Catarina e Ceará devido a obras no antigo prédio.

Ao final do ano de 2008 foi entregue a comunidade o novo prédio da escola, com reformas e duplicação da estrutura (2º piso). Neste mesmo ano foi aprovada a Sala de Recursos e implantada no ano seguinte, com Atendimento Educacional Especializado.

Em estrutura física é um terreno em torno de 1000 m² disposto um prédio de dois pisos, dois anexos térreos, uma quadra poliesportiva, uma pracinha, pátio aberto, rampas e corrimões de acesso. São 11 salas de aula com capacidade média para 18 a 20 alunos (sendo 2 com sanitários internos), 3 salas de oficinas, 1 sala de recursos (com 1 sanitário), 1 sala dos professores, 1 refeitório, 1 cozinha, 1 laboratório de informática (com banheiro), 1 biblioteca, 1 sala de direção, 1 sala Com-Vida² (com banheiro), 2 salas de materiais/almojarifado, 1 banheiro adaptado, 2 banheiros femininos (com 4 sanitários e 1 chuveiro cada), 2 banheiros masculinos (com 3 sanitários, 3 mictórios e 1 chuveiro cada).

²Espaço organizado com diferentes materiais (ciências, matemática, letramento, temas transversais, meio ambiente e etc.) para potencializar as ações que envolvam educação ambiental, convivência, sustentabilidade, qualidade de vida. A proposta surgiu através da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida - Com-vida, sendo esta uma das ações estruturantes do Programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas do governo federal.

Atualmente, a escola funciona nos turnos manhã e tarde, é formada por um quadro efetivo de 25 (vinte e cinco) professores e 9 (nove) funcionários, 5 (cinco) auxiliares (estagiários), 10 (dez) mediadores (Programa Novo Mais Educação) e 319 (trezentos e dezenove alunos) da Educação Infantil ao 9º ano do Ensino Fundamental, distribuídos em 19 (dezenove) turmas regulares e 10 (dez) turmas de turno inverso (Programa Novo Mais Educação).

Os quadros 1, 2, 3 e 4 trazem a formação do conjunto dos trabalhadores da escola:

Quadro 1 – Do universo de professores³

Magistério	Graduação	Especialização**	Mestrado**
10	25	23	03

Fonte: Secretaria da Escola. Total de professores na instituição: 25.

A análise deste Quadro 1 que traz a formação dos professores da escola mostra um conjunto de profissionais altamente qualificados. Do total de 25 professores todos são portadores de título de graduação e chama a atenção que a quase totalidade destes, ou seja, 92% já realizaram ou estão realizando cursos de especialização, e deste universo, 3 já possuem título de Mestre ou estão em curso.

Quadro 2 – Funcionários⁴

Ensino Fundamental	Ensino Médio*	Graduação*
9	6	3

Fonte: Secretaria da Escola. Total de funcionários na instituição: 09.

No Quadro 2 observa-se a formação dos funcionários da escola, onde a porcentagem fica praticamente equiparada, estabelecendo como formação maior, 3 sujeitos em cada campo. Pode considerar-se uma pequena crescente na dinâmica das formações, considerando que para acesso a este cargo público geralmente a exigência é em nível de Ensino Fundamental.

Quadro 3 – Auxiliares

Magistério*	Graduação*
3	4

Fonte: Secretaria da Escola. Total de auxiliares na instituição: 05.

³ Considerou-se todas as formações realizadas, havendo repetição do mesmo sujeito nos diferentes campos dos quadros (Professores, Funcionários, Auxiliares e Mediadores).

⁴ Os funcionários e auxiliares indicados através do sinal * ainda estão cursando os referidos cursos.

Neste Quadro 3 considera-se a formação dos auxiliares da escola, porém acredito que até o fim desta pesquisa deve haver alterações, pois as pessoas deste cargo são estagiárias que a mantenedora contrata para o período letivo através do CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola) com a exigência de estarem frequentando cursos na área da educação, como o Magistério e Pedagogia.

Quadro 4 – Mediadores

Ensino Médio	Magistério	Graduação	Especialização
2	2	8	3

Fonte: Secretaria da Escola. Total de mediadores na instituição:10.

O Quadro 4 traz a formação dos mediadores do Programa Novo Mais Educação⁵, como a tabela acima também são dados que podem oscilar, pois as pessoas são contratadas mediante o repasse da verba federal destinada ao referido programa e estabelecidos alguns critérios, como: formação, não ter vínculo empregatício com a mantenedora e outros.

Os profissionais citados nas tabelas acima trabalham com um universo de 319 alunos, no ensino regular da Educação Infantil – Nível B ao 9º ano, em turno inverso nas oficinas de Iniciação à Música, Acompanhamento Pedagógico (Português e Matemática), Esporte e Dança do Programa Novo Mais Educação. Segue abaixo a organização das turmas.

Quadro 5 – Resumo geral das turmas regulares

Educação Infantil	Ano	Total
Nível B	---	30
---	1º	36
---	2º	34
---	3º	32
---	4º	40
---	5º	30
---	6º	41
---	7º	30
---	8º	30
---	9º	16
Total Geral		319

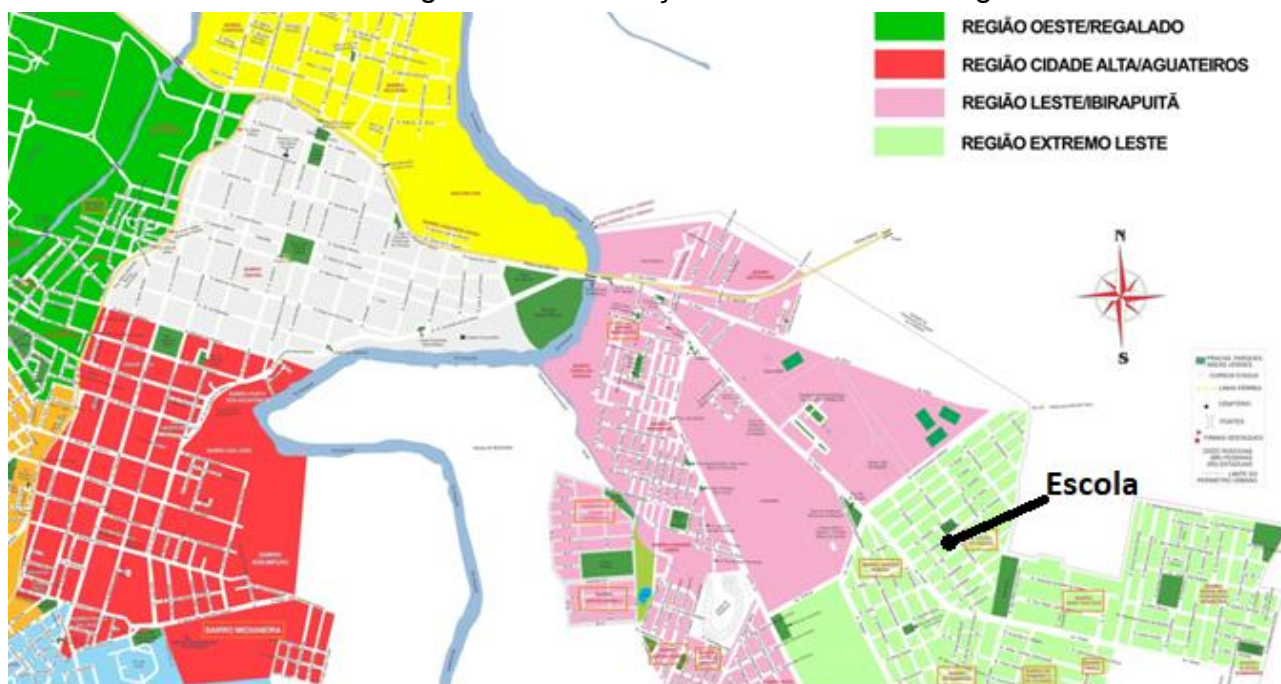
Fonte: Baseado na Ficha Controle (relatório mensal de matrículas reais) do mês de maio/2017.

⁵ Comentado no item 3.1 A escola e suas ações.

Durante o ano letivo, pode-se observar uma variável quanto ao número de alunos mês a mês. Iniciamos o ano letivo de 2017, em fevereiro, com 335 alunos, em março têm-se uma pequena redução neste número inicial devido ao fato das famílias confirmarem a vaga em mais de uma escola realizando a matrícula, e ao iniciar as aulas efetivamente, constata-se as faltas e o chamamento dos responsáveis dos alunos, ajustando a transferência para a escola onde estão frequentando as aulas; e ao finalizarmos o primeiro trimestre (mês de maio), outra oscilação, pois sendo uma região onde uma das oportunidades de emprego é no setor da agricultura, muitas famílias migram para a zona rural, sendo os alunos transferidos para as escolas rurais, aqui denominadas pólos educacionais.

Os alunos são oriundos de diversos bairros (figura1): Região Extremo Leste - Capão do Angico - onde está localizada a escola, Saint Pastous, Favila, Dr. Romário, Santos Dumont, Segabinazzi; Região Leste - Ibirapuitã, Ayrton Senna 1 e 2, Getúlio Vargas e Nilo Soares Gonçalves bairros próximos, e alguns ainda de bairros distantes como Macedo e Medianeira, Região Oeste e Cidade Alta respectivamente. O transporte dos alunos dos bairros citados anteriormente como distantes é realizado pela mantenedora, acerto realizado pela mesma e os pais/responsáveis. Os alunos moradores do bairro ou de bairros próximos à escola locomovem-se a pé ou em veículo particular.

Figura 1 - Localização dos bairros de Alegrete/RS



Fonte: Disponível em: <<http://www.alegrete.rs.gov.br/site/tmp/11-1438882989-621.jpg>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

É uma Comunidade Escolar cujo nível socioeconômico varia, havendo algumas famílias de classe⁶ média, outras em vulnerabilidade social. Em sua maioria assalariados, autônomos, donas de casa, dentre outras ocupações.

Aos educandos é proporcionado atendimento no Laboratório de Informática, Sala de Atendimento Educacional Especializado, Biblioteca, Recreação, Música e Oficinas do Programa Novo Mais Educação, já citadas anteriormente, caracterizando a Escola como de tempo integral. A merenda escolar é servida diariamente (café da manhã, almoço e lanche da tarde) com cardápios variados e preparados com higiene pelas responsáveis, seguindo sempre que possível o cardápio enviado pelo Setor de Merenda Escolar do Município. O almoço é uma refeição comum a todos os alunos, enquanto o café da manhã é destinado aos alunos do turno da manhã e o lanche aos alunos do turno da tarde.

3.1 A escola e suas ações

A EMEB Fernando Ferrari tem como filosofia “Conhecer refletindo, para agir com autonomia, responsabilidade e consciência de mundo”. Nossa proposta está centrada no resgate e promoção da dignidade humana, provocando o educando a ser criativo, ousado, participativo e transformador da realidade. Assim, a escola busca efetivar parcerias que oportunizem aos educandos desenvolver o senso de responsabilidade e comprometimento, sendo agentes de mudança da realidade em que se encontram. Seguem abaixo alguma das ações realizadas.

A escola é pioneira em Alegrete pelo acolhimento à inclusão, atende hoje 16 (dezesseis) alunos com deficiência, diagnóstico médico com diferentes comportamentos e necessidades, incluídos em classes regulares, respeitando suas diversidades, primando sempre pela qualidade no ensino e principalmente pelo desenvolvimento global dos educandos, através de profissionais que buscam sempre melhor capacitação, agem com diversas metodologias para atender cada um na sua individualidade, tendo consciência da importância deste trabalho.

Em parceria com a Secretaria de Educação é proporcionado o Projeto Arte na Escola onde os alunos têm acesso ao *Ballet* com o objetivo de reconhecer através dos movimentos do próprio corpo, a importância e o gosto pela dança. A escola foi

⁶ De acordo com a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) do governo federal, 2017.

contemplada com o Programa Novo Mais Educação viabilizando a ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas.

No ano de 2011 a escola foi agraciada com o prêmio Educador Paulo Freire na categoria Formação de Professores com o Projeto do Seminário de Educação, que é realizado anualmente. E no ano seguinte eu, como professora da escola recebi o prêmio na categoria Práticas Democráticas na Gestão Escolar com o trabalho “Existe uma história para contar”.

No ano de 2014 contou com o Programa Mais Cultura que visa ampliar a inserção de conteúdos artísticos que contemplem a diversidade cultural na vivência escolar, assim como o acesso a diversas formas das linguagens artísticas, através das oficinas de Cinema, Teatro, Artes Visuais e Literatura em parceria com a Cooperativa Alegretense de Teatro, tendo dentre suas produções dois curtas: Abdução (premiado no Cinest em Santa Maria como melhor roteiro) e Tempo de Escola.

Através do Programa Escola Sustentável a escola promove ações voltadas à melhoria da qualidade de ensino na adoção de critérios de sustentabilidade socioambiental, considerando os espaços físicos de forma a torná-los sustentáveis.

Anualmente, é realizado o Seminário de Educação “Dialogando e Construindo Ações para a Convivência na Atual Realidade” envolvendo pais, professores, funcionários, alunos e colaboradores da escola.

Observa-se que as propostas desenvolvidas são bem aceitas pela comunidade escolar. As que demandam exclusiva articulação da escola funcionam no período letivo como é o caso do Seminário de Educação e do Ballet. Porém, em outras, quando se tem um movimento efetivo da comunidade em participar precisam ser interrompidas ou canceladas como Mais Cultura, Escola Sustentável e Novo Mais Educação.

No início esses programas federais acompanhavam o período letivo, conseguindo estabelecer uma sequência nas atividades, porém nos últimos dois anos a verba acaba sendo disponibilizada uma parcela praticamente no segundo trimestre somente para o Programa Novo Mais Educação. Assim, as instituições iniciam as atividades por alguns meses e em seguida param, aguardando mais uma parcela da verba que por vezes é disponibilizada no próximo ano letivo.

O impacto dessas propostas realizadas na escola pode ser considerado como positivo. Por exemplo, no Seminário de Educação, nas primeiras edições os

palestrantes eram pessoas de fora da comunidade, com o passar dos anos as pessoas foram sentindo vontade de falar aquilo que estava presente em suas vivências, e hoje quase todas as palestras são realizadas pelos diferentes membros da comunidade. O estímulo às artes acaba demonstrando resultados como a produção de dois curtas, com filmagens na área da escola e em diferentes locais da cidade e um livro com relato dos professores e funcionários em momentos que marcaram sua trajetória profissional como já citado anteriormente - “Existe uma história para contar”.

3.1.2 Mecanismos de participação na escola

A construção de uma escola democrática precisa estar apoiada a uma concepção de participação de todos, o que pode efetivar-se mediante mecanismos facilitadores como os colegiados escolares:

A grande maioria [...] entende que a gestão democrática é a implementação na escola de mecanismos de participação da comunidade local e escolar, tais como eleição direta para diretor, grêmio estudantil, conselho escolar (DOURADO, 2003, p. 27).

Fazendo referência à Lei 10.576 do estado do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 1995) que dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino, a Lei n.º 3.043/2000 da cidade de Alegrete (ALEGRETE, 2000) que institui e regulamenta o Conselho Escolar para as Escolas, a Constituição Federal⁷ e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional⁸ - LDB, a escola registra como mecanismos de participação os colegiados: Círculo de Pais e Mestres - CPM, Conselho Escolar e Grêmio Estudantil – que, atualmente, estão em funcionamento com seus quadros completos e respectivos regimentos/estatutos atualizados; o Projeto Político Pedagógico e o Regimento da Escola, os Conselhos de Classe, as Reuniões e a Avaliação Institucional.

De acordo com o Regimento Escolar (2016, p. 15):

O Grêmio Estudantil é um órgão representativo do segmento dos alunos que auxilia na administração da escola, através de ações que promovam

⁷Estes itens serão melhor comentados no decorrer do trabalho.

⁸Estes itens serão melhor comentados no decorrer do trabalho.

um espaço de aprendizagem, cidadania, convivência e responsabilidades. Podem compor o Grêmio Estudantil, alunos regularmente matriculados na Escola, dos anos finais (6º à 8º ano). A eleição é anual.

E em relação ao Círculo de Pais e Mestres encontra-se registrado no Regimento Escolar (2016) que tem por finalidade geral colaborar na assistência e formação do educando, por meio da aproximação entre pais, alunos e professores, promovendo a integração: poder público – comunidade – escola – família, através de ações como: interagir junto à escola como instrumento de transformação de ação, promovendo o bem estar da comunidade, do ponto de vista educativo, cultural e social; Promover a aproximação e a cooperação dos membros da comunidade pelas atividades escolares; Contribuir para a solução de problemas inerentes à vida escolar estabelecendo e preservando uma convivência harmônica (conhecendo o outro e suas necessidades) entre os pais ou responsáveis legais, professores, alunos e funcionários da escola e membros da comunidade local; Administrar de acordo com as normas legais que regem a atuação da Unidade Executora, os recursos provenientes de repasses, subvenções, convênios, doações e arrecadações da entidade; Resolver os casos omissos não previstos no Regimento Escolar juntamente com a Direção e Conselho Escolar; Constitui-se com representantes dos segmentos de professores, funcionários e pais e é escolhido através de eleição direta, com duração para (2) dois anos.

Como colegiado, o Conselho Escolar é órgão consultivo, normativo, avaliativo, deliberativo e fiscalizador em questões financeiras, administrativas e pedagógicas, constituindo-se no órgão máximo da escola (REGIMENTO ESCOLAR, 2016). Dentre outras, compete ao conselho escolar: Elaborar seu Regimento interno; Divulgar periódica e sistematicamente, informações referentes ao uso dos recursos financeiros, qualidades dos serviços prestados e resultados obtidos; Articular, avaliar e deliberar sobre os princípios de convivências; Resolver os casos omissos não previstos no Regimento Escolar, juntamente com a Direção e CPM. É constituído com representantes dos segmentos de professores, funcionários, pais, alunos e é escolhido através de eleição direta, com o mandato para 02 (dois) anos.

Na escola os Conselhos de Classe, geralmente ocorrem ao final dos trimestres, participam representantes dos alunos, professores, coordenação pedagógica e orientação escolar. É uma forma de estabelecer o diálogo e buscar revisitar as situações ocorridas durante o período a apreciado (trimestre),

considerações, avaliações e discussão sobre os resultados obtidos até dado momento. Inicialmente observava-se na escola que os professores tinham a visão de que o conselho de classe servia para “falar” dos alunos, tanto que os ditos “alunos bons” eram passados sem comentários em relação ao demais, enquanto os alunos presentes mantinham-se calados, ou arriscavam em concordar com os professores. Hoje já é possível ver uma situação bem diferente das reuniões iniciais. Os professores mostram-se mais acessíveis as reflexões sobre a aprendizagem e rendimento dos alunos, e estes se colocam como participantes do momento conseguindo expor as ideias do segmento que representam perante o grupo.

Como já citado anteriormente, é na LDB de 1996 em seu Artigo 12 que fica explícito a incumbência dos estabelecimentos de ensino em elaborar e executar sua proposta pedagógica (BRASIL, 1996), conquista esta advinda das mudanças de governo da década de 80 com a queda da ditadura e o início da democracia, a elaboração da Constituição em 1988 e os movimentos do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na garantia da gestão democrática no ensino público.

Assim, o Projeto Político Pedagógico - PPP e o Regimento Escolar são instrumentos organizacionais que devem expressar a vontade coletiva da comunidade escolar, sendo documentos que significam a autonomia da escola. Consta nesses documentos a forma como a escola se sistematiza para atender as demandas da comunidade, que órgãos colegiados fazem parte da gestão, a descrição das atribuições dos segmentos que compõem a escola, como avalia e como expressa os resultados dos alunos, as normas da escola, que teorias embasam tais decisões e quais projetos a escola desenvolve dentre outros.

O engajamento de todos os seguimentos na elaboração do PPP e Regimento da escola são de suma importância para uma educação de qualidade onde momento de discussão, reflexão, compartilhamento de saberes, novas ideias, debate com diferentes pontos de vista tornam a impulsionar a transformação no ambiente escolar.

Mesmo sendo documentos, estes não devem ser tomados por prontos e acabados, mas sim em constante avaliação e reconstrução, pois atende a escola, e escola é movimento, situações inesperadas, ajustes, correções e desvios se fazem necessários durante o caminho.

Quanto ao calendário escolar, alguns aspectos são determinados pela Secretaria de Educação e Cultura do município como: início e término do ano letivo,

período de recesso escolar, número e data de sábados letivos, eventos promovidos pela secretaria (Feira do Livro, Seminário Latino-Americano, etc.), competindo à escola elaborar juntamente com a comunidade escolar o período dos trimestres (início e término), eventos promovidos pela escola (Dia da Família na Escola, Semana da Escola, Campanhas na Comunidade, etc.) e datas de reuniões.

Estão previstas reuniões com diferentes públicos, por exemplo: reuniões gerais com todos os segmentos, reuniões somente com determinados grupos (professores de anos iniciais, professores de anos finais, funcionários, colegiados), reunião de entrega de notas e pareceres aos pais/responsáveis.

As reuniões são previstas no calendário escolar, porém de acordo com a necessidade da escola podem ser transferidas, remar cadas ou marcadas extras.

Geralmente as reuniões são realizadas no período de funcionamento da escola, manhã e tarde. As reuniões gerais por trabalharem com um público maior são encaminhadas aos sábados letivos, ou a períodos que não tem aula com os alunos, como antes do início do ano letivo ou no período de recesso. As reuniões de funcionários ocorrem na sexta-feira, pois é o dia da semana com menor movimento de trabalho, devido ao horário de algumas turmas. A reunião dos professores na quinta-feira, dia este que há maior concentração dos profissionais na escola. Estas reuniões juntamente com a dos colegiados habitualmente ocupam metade do turno de trabalho. Nas reuniões de entrega de notas e pareceres, ainda não se instituiu determinado formato, pois a escola ainda procura conseguir um efetivo comparecimento dos pais/responsáveis.

Observou-se, neste primeiro trimestre de 2017, que a maneira como foi conduzida a entrega de notas dos alunos da área (6º ao 9º ano) surtiu efeito positivo, como maior número de pais em relação às entregas anteriores, sendo marcado para os pais um horário para cada ano, onde todos os professores estavam reunidos para recebê-los e ter tempo para conversarem um a um. Esta situação propôs a coordenação a pensar em realizar a tentativa com as turmas de anos iniciais, o que será exemplificado e consultado aos demais professores neste segundo trimestre.

A avaliação institucional foi estabelecida pela Secretaria de Educação e Cultura do município há pelo menos oito anos, com o objetivo de diagnosticar a realidade educacional como forma de oportunizar a reflexão coletiva, de maneira que todos os envolvidos realmente efetivem um maior compromisso com o trabalho da escola e com o processo de ensino-aprendizagem. Foram realizadas com as

equipes gestoras da rede reuniões inicializando o assunto, discutindo e dando base para que estas chegassem à escola como multiplicadoras da proposta. Na escola o trabalho também se estendeu além do estudo, na elaboração do questionário e na forma que seria aplicado. Atualmente, a nova administração da Secretaria de Educação e Cultura institucionalizou um padrão de questionário para toda rede visando tabular os dados de forma mais homogênea. A escola, porém optou em manter seus questionários, observando a realidade em que está inserida e os segmentos que a compõe. A avaliação é realizada na escola antes do período de recesso escolar, geralmente no mês de julho. São propostos aos alunos, pais, funcionários e professores um questionário com questões que venham a analisar o caminhar da escola durante o primeiro semestre letivo e espaço a possíveis sugestões, ajustes e correções para o segundo semestre.

Essas questões envolvem avaliação da merenda escolar; setores como: biblioteca, laboratório de Informática, refeitório; limpeza e estrutura física da escola; disponibilidade e oferta de materiais pedagógicos; apoio e atendimento dos serviços da escola (funcionários, professores, direção, coordenação pedagógica e orientação), sendo classificadas em ótimo, bom, regular e insatisfatório. Ainda no questionário há espaço para as considerações e sugestões e duas perguntas⁹: “O que você entende por participação?” e “Como é a sua participação na escola?”

Após analisados, os questionários são tabulados com o auxílio dos diferentes segmentos, através de representantes, e elaborada uma planilha geral com os índices de cada questionamento. Assim, é realizada a devolutiva à comunidade, discutindo e traçando meios de transformar o ambiente escolar.

⁹Estes itens serão melhor comentados no decorrer do trabalho.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

“E nós estamos ainda no processo de aprender como fazer democracia.” Paulo Freire

4.1 Gestão democrática participativa

Para que se cumpra uma real gestão democrática faz-se necessário método e atitude. Como exemplifica Gadotti (2000, p.36-37) “[...] gestão democrática é, portanto, atitude e método. A atitude democrática é necessária, mas não é suficiente, precisamos de métodos democráticos de efetivo exercício da democracia [...] demanda tempo, atenção e trabalho”.

De acordo com Lück et al., (2005), na gestão escolar, a abordagem participativa deve proporcionar o envolvimento dos sujeitos no processo de decisão, através de diferentes ações, o que requer destes o tempo, as habilidades e as experiências de forma a enriquecer e aprimorar as ações ao longo da gestão.

Logo, a gestão democrática participativa tem como propósito a substancial participação de todos os segmentos da comunidade escolar. Sua efetivação ocorre quando as pessoas podem ter acesso às informações da escola, ao trabalho desenvolvido de forma que os problemas identificados possam ser discutidos, avaliados, direcionados e deliberados os devidos encaminhamentos de solução e desenvolvimento da escola.

Essa participação da comunidade demonstra ainda outras características necessárias à cultura da democracia escolar como a transparência e a autonomia nas ações, pois de acordo com Lück (2000) refere-se a eficiência de tomar decisões comprometidas e compartilhadas usando de uma capacidade coletivamente articulada e organizada para a resolução dos desafios e problemas educacionais, tendo a responsabilidade pelos resultados dessas ações, assumindo sua autoria e significado.

Havendo a participação geralmente os problemas são identificados claramente e facilmente são construídas as alternativas de ação, desde que os mecanismos de participação estejam acessíveis a todos realizando o exercício de cidadania.

Libâneo (2004, p.102) nos coloca que “[...] a participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar”. Podemos dizer que para se efetivar uma democracia que garanta os direitos dos cidadãos um dos primeiros passos é a participação, e sendo a escola um espaço também para se formar cidadãos, esta precisa caracterizar-se como um meio participativo e democrático.

Como um dos princípios da educação do país, a gestão democrática é uma forma de dialogar com a comunidade sobre a importância e a força que a participação de todos tem para fomentar o atendimento das demandas da escola diante os órgãos responsáveis.

A Constituição Federal em seu Artigo 205 coloca a educação como um direito de todos, assim como dever do estado e da família, e coloca a sociedade no sentido de colaborar na responsabilidade de promover e incentivar a educação como meio de desenvolvimento pleno da pessoa, a fim de prepará-la para o exercício da cidadania e atuação no trabalho (BRASIL, 1988). Assim sendo, vincula-se à gestão democrática o envolvimento e atuação da comunidade escolar como forma colaborativa para uma educação de qualidade. A Lei de Diretrizes de Bases da Educação, em seu artigo 3º, expõem que o ensino deverá ser ministrado com base em alguns princípios e dentre eles: a gestão democrática do ensino público; a garantia de padrão de qualidade; e a vinculação entre a educação escolar; o trabalho e as práticas sociais. Onde ainda no Plano Nacional de Educação (2014), PNE, em linhas gerais, propõe que a relação da escola com a sociedade deve ter vistas a gestão, pois possibilita aos sujeitos utilizar-se de meios que promovam a qualidade no âmbito educacional e social.

Discutir as políticas da educação, legislação e a própria gestão é um desafio para todos os sujeitos da escola: alunos, funcionários, pais, professores e comunidade, pois só haverá sentido neste diálogo se estiver garantido o direito à participação, à educação e à escola de qualidade para todos.

A participação da comunidade escolar é parte do esforço em efetivar a democracia no ambiente escolar, estimular o processo de mudanças da administração escolar no país, aprimorando a qualidade e a eficiência da educação pública.

Em qualquer instituição pública, descentralizar o poder, findando o monopólio ou de certa forma a supremacia administrativa, requer de seus gestores certo entendimento, de maneira que não se sintam ameaçados em perder espaço, mas sim como forma de solicitar aos outros que se integrem ao processo, dividam tarefas e participem.

Por anos a escola assumiu uma visão centralizadora, hierárquica e autoritária, servindo a muitos o interesse de poucos¹⁰, precisando com o passar do tempo e das reivindicações, reinventar-se dentro do contexto que a verdadeira democracia propõe, passando a gestão a estar associada.

[...] ao fortalecimento da democratização do processo pedagógico, à participação responsável de todos nas decisões necessárias e na sua efetivação mediante um compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais efetivos e significativos (LÜCK, 1997, p.1).

Quando o poder de decisão fica restrito, além de sobrecarregar uma pessoa, cria-se uma condição centralizadora e de certo modo autoritária, o que dentro da gestão participativa mesmo que se tenha o controle das diferentes questões da escola, na descentralização, deve ocorrer partilha das tarefas e das decisões, encarregando responsabilidades aos diferentes segmentos da comunidade, de forma a estabelecer a democracia no ambiente escolar.

Conforme Paro (2001, p.57): “A descentralização do poder se dá na medida em que se possibilita cada vez mais aos destinatários do serviço público sua participação efetiva, por si ou por seus representantes, nas tomadas de decisão”.

Uma gestão descentralizada resulta em uma estrutura favorável à ação da comunidade escolar no processo de tomada de decisão e no desenvolvimento de práticas de participação, colocando a escola como um espaço de construção do processo de democracia e comprometimento com a educação, onde os sujeitos passam a envolver-se e empenhar-se na dia a dia da escola.

A aplicação do termo gestão escolar tem apresentado segundo Andrade (2004), uma mudança de postura, organização e enfoque dentro do ambiente escolar, em substituição aos modelos antigos, e em busca de maior responsabilidade e autonomia na forma de encaminhar soluções para os problemas escolares. Essa forma de gestão requer que se construam novas maneiras de se

¹⁰ Comentado no item 4.2 Mecanismos de participação e a participação da comunidade escolar

apresentar o ambiente escolar, propondo mecanismos que venham facilitar a autonomia das esferas administrativa, financeira e pedagógica da escola, comprometendo-se realmente com as atividades educativas e a participação da comunidade.

Certamente o diálogo, ou melhor, estar disposto ao diálogo é um dos caminhos para a democratização, porém faz-se necessário também procurar apreender qual o espaço e limites que a sociedade tem para efetivar sua participação através dos mecanismos propostos. Observa-se que na LDB em seu artigo 12, inciso VI que o estabelecimento de ensino tem a incumbência de criar processos de integração da sociedade com a escola, sugerindo a articulação com as famílias e a comunidade. Ainda referente à gestão democrática, a mesma lei dispõem o seguinte:

Art. 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15 – Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público (BRASIL, 1996).

Assim, propõe no ambiente escolar a participação da comunidade nas organizações e/ou conselhos, bem como a progressiva autonomia nas esferas pedagógica, administrativa e financeira.

Mesmo tendo um significado sabido e comum às pessoas, muitas vezes conceituar participação é uma tarefa difícil, pois dependendo da forma como expomos nossas ideias para nos fazer entender, torna-se uma situação polissêmica. O autor Gutierrez (2004), em seu livro “Porque é tão difícil participar?” coloca que participação é a forma que as pessoas atingidas por medidas políticas, administrativas e sociais sejam previamente informadas sobre e tenham a possibilidade de manifestar-se durante o processo de decisão. Expõe ainda que de diferentes formas pode-se classificar a participação, propondo dividi-la em participação: social, política e econômica. A participação social tem o “[...] comprometimento direto de pessoas e grupos populares organizados na tomada de

decisões referentes ao seu interesse direto ou, ainda, a participação na própria gestão dos processos” (GUTIERREZ, 2004, p. 8). Enquanto a participação política refere-se ao exercício da cidadania, e a econômica o quanto às formas organizadas de resistência e lutas da classe trabalhadora.

Segundo Libâneo (2001, p.80),

O conceito de participação se fundamenta no de autonomia que significa a capacidade das pessoas e dos grupos de livre determinação de si próprios, isto é, de conduzirem sua própria vida. Como a autonomia opõe-se às formas de autoritárias de tomada de decisões, sua realização concreta nas instituições é a participação.

Participação esta garantida diretamente através da gestão democrática, sendo o meio pelo qual todos os segmentos que compõem o processo educativo (alunos, pais, professores e funcionários) “[...] participam da definição dos rumos que a escola deve imprimir à educação e da maneira de programar essas decisões, num processo contínuo de avaliação de suas ações” (GRACINDO, 2009, p. 136-137).

Todavia faz-se necessário identificar a real potencialidade da participação, assim como seus limites, pois como exemplifica Gutierrez (2004), ideias e propostas incoerentes ou até mesmo destituídas de sentido podem ser legitimadas em grandes processos participativos, em contrapartida, decisões eficientes podem assomar de processos burocráticos e centralizados. Cabendo refletir sobre os papéis e as funções dos sujeitos na prática de transformação da escola, pois estes estão intimamente ligados ao cenário da escola, suas relações, necessidade de organização e envolvimento em favor dos objetivos comuns.

Só será verdadeira a democracia na escola se esta estiver respaldada na participação das comunidades escolares, de maneira que possibilite aos sujeitos envolvidos exercerem sua opinião discutindo, refletindo, avaliando e ponderando.

Partilhando da ideia de Gadotti (1992, p.51):

De nada adiantam todas as condições se a população for chamada apenas para legitimar decisões tomadas em gabinetes, [...] Na nossa tradição política a participação se tornou instrumento de manipulação em fastidiosas e intermináveis reuniões ou assembleias em que, muitas vezes, a única decisão consiste em marcar uma próxima reunião.

Uma melhor participação na escola requer por vezes novas organizações, repensando a cultura que está instituída e o abandono de antigas ações, constituindo metas e desenvolvendo meios que sensibilizem e fortaleçam a participação de pais, alunos, funcionário, professores e comunidade local.

4.2 Mecanismos de participação e a participação da comunidade escolar

Não é recente a participação da comunidade nas escolas, pois de acordo com Sposito (1990), as propostas de reformas educacionais das décadas de 1920 e 30, apesar de conservadoras, defendiam a presença da comunidade na escola como forma de aquisição de hábitos saudáveis, de moral e cívica, higiene e saúde, padronizando a costumes aceitáveis na sociedade.

A partir dos anos de 1940 e 1950, a participação da comunidade na escola passou a ter um enfoque assistencialista durante o processo de urbanização e industrialização do país.

Porém o registro dessa participação na legislação manifestou-se somente com a aprovação da Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961 que estabelecia as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, onde em seu artigo 115 colocava a escola no compromisso de estimular a formação de associações de pais e professores (BRASIL, 1961).

Já nas décadas seguintes a autora coloca que a participação dos pais na escola:

[...] foi considerada tão importante para o regime autoritário, que passou a ser compulsória a partir da década de 70, mediante a regulamentação e a obrigatoriedade da criação de alguns canais, como as Associações de Pais e Mestres, tuteladas por regras burocráticas, ou seja, estabelecendo uma condição de “cidadania sob controle” [...] (SPOSITO, 1990, p.53).

Onde na legislação da época, Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 (BRASIL, 1971), registra em seu artigo 41: “A educação constitui dever da União, dos Estados do Distrito Federal, dos Territórios, dos Municípios, das empresas, da família e da comunidade em geral, que entrosarão recursos e esforços para promovê-la e incentivá-la” deixando claro de que maneira considera importante a participação na educação. E complementando a ideia no Artigo 62 e respectivos

parágrafos onde registra ainda a congregação de professores e pais em entidades que venham a colaborar para um eficiente funcionamento da escola:

Art. 62. Cada sistema de ensino compreenderá obrigatoriamente, além de serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar, entidades que congreguem professores e pais de alunos, com o objetivo de colaborar para o eficiente funcionamento dos estabelecimentos de ensino.

§ 1º Os serviços de assistência educacional de que trata este artigo destinar-se-ão, de preferência, a garantir o cumprimento da obrigatoriedade escolar e incluirão auxílios para a aquisição de material escolar, transporte, vestuário, alimentação, tratamento médico e dentário e outras formas de assistência familiar.

§ 2º O Poder Público estimulará a organização de entidades locais de assistência educacional, constituídas de pessoas de comprovada idoneidade, devotadas aos problemas sócio-educacionais que, em colaboração com a comunidade, possam incumbir-se da execução total ou parcial dos serviços de que trata este artigo, assim como da adjudicação de bolsas de estudo (BRASIL, 1971).

A partir da década de 1990 o papel de Estado mínimo modificou a relação Estado-Sociedade, adquirindo uma nova postura, onde os debates sociais, econômicos e educacionais ganharam força em diferentes países latinos bem como no Brasil, permitindo maior participação da sociedade na gestão de ações públicas. Onde regulamenta na Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996) a participação dos colegiados com a função de auxiliar a direção na administração da escola, assim como a incumbência desta em elaborar e executar sua proposta pedagógica.

Na gestão escolar o envolvimento da comunidade demonstra a importância dos mecanismos de participação como forma de propiciar a democratização, incentivando a atuação coletiva observando o compromisso, o respeito e a ética com os sujeitos presentes no processo. Lembrando um trecho de Freire apud (BRASIL, 2004, p.9):

Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é de assumir esse país democraticamente.

Logo, a criação desses mecanismos de participação faz-se necessária para a efetivação da democracia participativa, identificando aos sujeitos do que e porque estão participando, significando e definindo suas funções.

O Projeto Político Pedagógico de uma escola é um bom exemplo de participação, construção coletiva, envolvimento com o que a escola representa a instituição de suas diretrizes, valores, e necessidades, é neste documento que a escola deve constar como um todo e detalhadamente. Pois para Veiga (2009, p. 14):

“a principal possibilidade de construção do projeto político-pedagógico passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade. Isto significa resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundado na reflexão coletiva.”

Outro mecanismo de participação comum a grande parte das escolas são os colegiados, Conselhos Escolares, Grêmios Estudantis e Círculos de Pais e Mestres (em alguns lugares denominados APM). A constituição e a atuação destes colegiados efetivam participação dos diversos segmentos da comunidade escolar, como alunos, pais e profissionais em educação, e ainda definem importantes ações em auxílio à gestão da escola como a fiscalização e definição de aplicação das verbas destinadas e nos diferentes processos decisórios.

Geralmente as instituições sociais são resultado de um longo caminho de construção histórica.

A institucionalização da vida humana gregária, desde seus primórdios, foi sendo estabelecida por meio de mecanismos de deliberação coletiva. Os registros históricos indicam que já existiam, há quase três milênios, no povo hebreu, nos clãs visigodos e nas cidades-estados do mundo greco-romano, conselhos como formas primitivas e originais de gestão dos grupos sociais (BRASIL, 2004, p.15).

Os Conselhos, sua natureza pode-se dizer é muito diversificada, e seu nascedouro perde-se no período de tempo e confundindo-se com a história da democracia e porque não da política.

No Brasil, na década de 1980, em meio ao contexto da redemocratização, os movimentos de organização popular começaram a reclamar formas de participação na gestão pública por meio da representação das diferentes categorias sociais, abrindo espaço ao saber popular. “O desejo de participação comunitária se inseriu

nos debates da Constituinte, que geraram, posteriormente, a institucionalização dos conselhos gestores de políticas públicas no Brasil” (BRASIL, 2004, p.19).

Atribui-se, aos conselhos, diferentes maneiras de organização e definição de funções, porém é do desejo de participar que se estabelecem meios que oportunizem sua criação e garantam seu funcionamento.

Podemos citar ainda o conselho de classes, que de acordo com Dalben (1995) seu conceito surgiu na França em 1945, e anos mais tarde chegou no Brasil, por volta de 1958, mesmo já havendo indícios da prática em 1932, a partir do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

Registra-se, porém sua oficialidade na Lei 5.692/71, diante da influência tecnicista na escola, o autoritarismo no sistema político e o domínio capitalista na economia, sendo implantada com a função de reintegrar a estrutura fragmentada da escola, avaliando para obter a visão global, ou seja, teria como papel fundamental “[...] dinamizar o processo de avaliação por intermédio da riqueza das análises múltiplas de seus participantes, e estruturar os trabalhos pedagógicos segundo essas análises coletivas, permitindo-se um fazer coletivo” (DALBEN, 1995, p.112).

Mesmo de cunho avaliador, o conselho de classe assume o mérito de promover a articulação dos segmentos da escola em analisar o processo de ensino e garantir um espaço de possibilidade de transformações.

Como forma de diagnosticar e apontar como está o processo de funcionamento da escola têm-se na avaliação institucional o caminho para oportunizar a reflexão das questões educacionais. Seu formato não é predefinido, podendo adequar-se à realidade da escola, os eixos que serão abordados e a forma como será apresentado os questionamentos.

Com certeza outros mecanismos de participação surgem na realidade das escolas, porém estes só são elucidados na presença efetiva dos diferentes segmentos que compõe a escola, assim faz-se necessário a mobilização dos sujeitos.

Observa-se nas escolas que a participação dos sujeitos que “estão” nela em convívio diário torna-se mais fácil em questão de mobilização. Alunos, professores e funcionários partilham diariamente das questões da educação. Mas e as famílias?

A participação dos pais na vida da escola tem sido observada em pesquisas, como um dos indicadores mais significativos na determinação da

qualidade do ensino, isto é, aprendem mais os alunos cujos pais participam mais da vida da escola (LÜCK, 2006, p.86).

Somente participando é que os pais e/ou responsáveis poderão entender e verificar os resultados para poderem perceber a importância da sua participação no cotidiano escolar do aluno. A participação dos pais e/ou responsáveis na vida escolar auxilia principalmente quando os alunos visualizam essa participação, passam a sentirem-se importantes em ter alguém da família na escola. Portanto, do ponto de vista da comprovação, a participação dos responsáveis pelos alunos, na escola é fator importante e positivo.

Assim, estreitar a distância precisa ser o objetivo, investindo em diferentes formas de contato entre família e escola, todas válidas para diminuir esse hiato no espaço escolar, sejam por meio de bilhetes com informações breves, festividades, campanhas, palestras, reuniões e etc.

O ambiente escolar é propício para diferentes situações de aprendizagem e estende sua função para fora das paredes da escola, apresentando também uma função pedagógica, neste sentido o envolvimento dos diferentes segmentos (pais, alunos, funcionários e professores) torna-se primordial no exercício da participação, de como a comunidade externa enxerga a escola e como se podem agregar ações para estabelecer uma aprendizagem de duas vias.

Os mecanismos de participação precisam dispor de momentos de discussão desde conceitos como autonomia, cidadania, democracia e gestão escolar, assim como aspectos que possam ser considerados motivadores para a qualidade na educação. Além de informar, é formar, valorizar o cidadão, sábio em utilizar seus direitos, mas também consciente de seus deveres.

De acordo com Gadotti (1992, p.1):

Pode-se dizer que a participação e a autonomia compõem a própria natureza do ato pedagógico. Formar para a participação não é só formar para a cidadania, é formar o cidadão para participar, com responsabilidade, do destino de seu país; a participação é um pressuposto da própria aprendizagem.

De maneira a superar os problemas e dificuldades no processo educacional a gestão democrática participativa deve buscar em suas ações por equidade, comprometimento, responsabilidade e mobilização dos diferentes seguimentos da

comunidade escolar, tornando-os cientes de sua identidade e coautores da existência da escola. Essas mudanças requerem o “[...] reconhecimento desse fator pelos participantes do processo escolar, de sua compreensão ao seu papel em relação ao todo” (LÜCK, 2000, p.16).

Por certo, formar para a cidadania é formar o cidadão para participar consciente de suas ações, ativo nos processos de decisão e de escolha, assumindo por meio dos mecanismos de participação e cooperação conjunta com a comunidade escolar esforços para uma educação de qualidade.

5 O CAMINHO

“Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar.”
Paulo Freire

A pesquisa-ação aconteceu na Escola Municipal de Educação Básica Fernando Ferrari, da cidade de Alegrete/RS. Os sujeitos da pesquisa foram alunos, pais, funcionários e professores que compõem os diferentes segmentos da escola, e comunidade em geral, como associação e moradores do bairro Capão do Angico.

Para Carmo e Ferreira (1998) a análise documental é um processo que envolve seleção, tratamento e interpretação da informação existente em documentos (escrito, áudio ou vídeo) com o objetivo de deduzir algum sentido. E para Lüdke e André (1986) pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema.

Logo, foi realizado pela pesquisadora a análise de documentos que certifiquem, garantam e promovam a participação dos diferentes segmentos que compõem o espaço escolar como: Projeto Político Pedagógico e Regimento da Escola, Estatuto dos Colegiados (Conselho Escolar, Círculo de Pais e Mestres, e Grêmios Estudantil), Pareceres do Conselho Municipal de Educação de Alegrete, Leis, Decretos e Ordens de Serviço da Prefeitura Municipal de Alegrete, Programas e Cadernos sobre Legislação Escolar, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Diretrizes Curriculares Nacionais, entre outros. Os quais posteriormente foram utilizados para trabalhar com os sujeitos, alertando ao que coloca Cury (2010), uma lei ou uma norma só será sustentável se ela estiver aninhada na consciência e na prática dos educadores.

De acordo com Thiollent (2005), a Pesquisa-Ação não é constituída somente pela ação ou pela participação, pois com ela é possível produzir conhecimentos, adquirir experiência, contribuir com a discussão, ou fazer avançar o debate acerca das questões abarcadas. Ela está envolvida com a práxis educativa/investigativa, sendo a práxis aqui entendida como um movimento relacionado à indissociabilidade entre teoria e prática.

Assim, procurei trabalhar junto com o grupo, participando das atividades, e observando as ações, formas de expressão e fala dos sujeitos, realizando a observação participante natural, “[...] quando o observador pertence à mesma comunidade ou grupo que investiga” (GIL, 1999, p. 113).

Posto isto, foram propostos encontros com os diferentes segmentos, para apreender a compreensão e a forma de participação destes. Como significa Magalhães (2002, p.28):

[...] agir no sentido de possibilitar que os agentes partícipes tornem seus processos mentais claros, expliquem, demonstrem, com objetivo de criar, para os outros partícipes, possibilidade de questionar, expandir, recolocar o que foi posto em negociação.

Nesse processo buscou-se criar um espaço de fala sobre as impressões, acréscimos e dificuldades encontradas até então, como expõe Barbier (2002, p.123) “[...]fazer a escuta do vivido”. Em seguida foi solicitado a cada sujeito o registro por escrito de suas considerações, fazendo uso de questionários, que segundo Gil (1999, p.128), pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”. Onde o mesmo autor cita como vantagem a garantia do anonimato das respostas, não expondo o entrevistado a influência de opiniões.

5.1 Descobertas iniciais

Entendendo que a pesquisa-ação requer um compromisso com os sujeitos envolvidos, necessariamente propicia a intervenção, onde visa proporcionar a mudança de condições, práticas ou ações. Logo, a proposta metodológica deste trabalho está fundamentada nos princípios da pesquisa ação qualitativa, partindo da construção/elaboração do problema com o levantamento de dados da realidade onde se pretende trabalhar, utilizando-se de observações e os questionários de avaliação institucional utilizados na escola como instrumentos de registros iniciais.

A partir desses registros, propôs-se realizar momentos de estudo e discussão, tendo como temática a participação na escola.

A avaliação institucional de acordo com Lück (2012, p. 39):

[...] consiste em um processo sistemático, abrangente e contínuo de observação, coleta e análise de dados, interpretação e julgamento da realidade e práticas escolares, em seus desdobramentos e interações, tendo por objetivo contribuir para a melhoria contínua do trabalho educacional e seus resultados.

Na escola essa avaliação é aplicada no mês de julho com os diferentes segmentos da escola (alunos, pais, funcionários e professores) através de questionário com perguntas fechadas escalonadas e perguntas abertas.

A partir dos questionários aplicados, foi possível observar alguns fatores que serviram como base para reflexão dos sujeitos participantes da pesquisa “[...] as quais as pessoas implicadas tenham algo a ‘dizer’ e a ‘fazer’” (THIOLLENT, 2011, p.22).

Os questionários foram aplicados em 450 pessoas, contemplando os diferentes segmentos da escola, e as respostas foram analisadas em dois momentos. Primeiramente as perguntas fechadas, sendo consideradas para este trabalho as que caracterizam o tema participação na escola, com as opções de resposta: ótimo, bom, regular ou insatisfatório. E logo em seguida analisadas as perguntas abertas, que a pedido da pesquisadora foram acrescentadas ao questionário.

Dentre as perguntas fechadas considerou-se:

- *A escola procura conhecer os pais e/ou responsáveis dos alunos?*

Dos participantes, 80,72% consideram ótimo este procedimento e 19,28% bom.

- *Nesta instituição, os pais e/ou responsáveis encontram espaços e oportunidades para participarem efetivamente da vida escolar de seus (suas) filhos (as)?*

Consideram ótimo 87,50% o espaço de participação, enquanto 12,50% julgam bom.

- *A escola adota procedimentos eficientes de comunicação com os pais e/ou responsáveis, alunos, funcionários e professores?*

A comunicação foi avaliada como ótima por 66,84% dos participantes, enquanto 30,10% consideram boa, 2,55% regular e 0,51% optaram por não responder a questão.

- *Nesta escola, os pais e/ou responsáveis, alunos, funcionários e professores encontram espaços de participação e são estimulados a se envolverem em projetos?*

Dos participantes, 70,92% avaliam como ótimo, 25,51% bom, 3,06% regular e 0,51% optaram por não responder a questão.

Considerando o tema proposto: participação na escola, observa-se de maneira geral que todas as questões obtiveram maior porcentagem na opção “ótimo”. E, analisando as questões, observa-se que a escola necessita verificar quais procedimentos de comunicação precisam ser revistos.

Porém se analisarmos as respostas de forma mais específica, mesmo obtendo a maioria das respostas como ótima, pode-se observar uma certa oscilação entre as porcentagens desta opção como: mantém uma média as questões conhecer os pais e/ou responsáveis dos alunos = 80,72% e espaço de participação = 87,50%; Decrescimento com relação a encontrar espaços de participação e serem estimulados a se envolverem em projetos = 70,92% e nova redução quanto a questão eficiência da comunicação = 66,84%.

Cabe para refletirmos: Se as questões quanto a espaços de participação, envolvimento e conhecimento dos sujeitos foram bem avaliadas, porque a comunicação nem tanto? Para que haja participação, os sujeitos envolvidos devem estar cientes (avisados/comunicados) das propostas da escola, porém considerando as respostas obtidas, conseguem participar mesmo não estão em sua maioria devidamente informados?

Quanto às perguntas abertas: “O que você entende por participação?” e “Como é a sua participação na escola?”

Na primeira questão podemos considerar duas subdivisões de resposta:

Os que responderam considerando a disponibilidade em atender a escola em suas demandas:

1) Disponibilidade para participação das atividades propostas pela escola.
--

- 2) Estar disposto em se envolver ativamente em todo e qualquer setor que achar necessário e que for possível.
- 3) Se fazer presente sempre que solicitada, contribuindo para o bom andamento do trabalho.
- 4) Colaborar sempre que for necessário.
- 5) Apoiar e se dispor a ajudar as solucionar as necessidades, quando surgirem.
- 6) Acredito que participação é estar presente, estar envolvido.
- 7) Contribuir para o crescimento conjunto de todos na escola.

E os que procuraram caracterizá-la:

- 1) Quando todos tem seus espaços garantidos e respeitados nas decisões que envolvam o funcionamento da escola.
- 2) Considero que a participação inicia com a nossa responsabilidade e postura, consciente de nossos deveres e direitos.
- 3) A participação efetiva de todos os segmentos dentro do processo educacional, visando o aperfeiçoamento de nossos alunos.
- 4) Atitude de emitir opinião, colaboração e envolvimento com os processos realizados na escola.
- 5) Estar em consonância com as ações do grupo. Ser parcela constituinte do fenômeno que provoca o êxito.
- 6) Processo democrático de tomada de decisões pautado na participação.

7) Questionamentos e decisões tomadas em conjunto. Cada pessoa expressando sua opinião sobre diferentes assuntos, tendo como objetivo o crescimento e o desenvolvimento intelectual de cada educando.

Na segunda questão, pode-se observar pela frequência de respostas outras duas subdivisões.

Os participantes que descreveram suas funções:

- 1) Cuidar da porta da frente, do portão, cuidar dos alunos no recreio, consertar algumas coisas, retirar os lixos no final da tarde, ajudas as colegas na limpeza.
- 2) Procuo fazer o meu trabalho e me coloco à disposição da direção no que está ao meu alcance.
- 3) Procuo fazer os trabalhos que os professores pedem e me comportar.
- 4) Sempre que possível estou presente nas reuniões que a escola realiza.
- 5) Desempenhar minha função docente e zelar pelo bom desempenho da instituição.

E os que procuraram classificar e/ou justificar sua participação na escola:

- 1) Acredito que satisfatória, pois sou presente e colaboro da melhor forma possível, sempre que necessário.
- 2) Efetiva, objetiva e voltada para o bem coletivo da instituição.
- 3) Na verdade muito pouco, pois quem traz e busca da escola é meu marido. Mas adoro a escola.
- 4) Eu procuro participar de tudo, estar sempre presente, é importante na aprendizagem da minha filha.

5) Minha participação está começando este ano, tudo o que tiver ao meu alcance que fazer o meu melhor, visando o crescimento do grupo, auxiliar, pois esta escola já é especial no meu coração.

Analisando as respostas, em nenhum momento os participantes fizeram referência aos documentos legais ¹¹que visam garantir a participação dos diferentes segmentos na escola, alguns utilizaram-se das palavras “processo democrático”, sem muitas considerações acerca do significado e outros pautaram em suas respostas palavras como responsabilidade, postura, envolvimento, consciência, disponibilidade e tomada de decisões. Acredito que todas considerações dentro do contexto ao que o trabalho se propõe, porém sem maiores explicações.

Pode-se entender que o grupo participante da avaliação institucional demonstra uma ideia inicial sobre o significado da participação na escola, e atrelam suas funções como forma de participar.

Considerando que muitos participantes fizeram uso da palavra “disponibilidade”, quando lhes foi perguntado como era sua participação na escola, justificaram sua frequência e a importância de estar na escola, demonstrando consideração pela instituição.

Bordignon (2004, p.307) identifica que a solução para o problema da participação está no sentimento de pertença: “Só há efetiva participação e compromisso quando se adquire a cultura do querer participar para exercer poder sobre o que lhe pertence, o que diz respeito à sua vida e ao seu futuro”.

Ao sentir-se responsável ou parte integrante do processo de participação, os sujeitos registram sua identidade quanto membro de um grupo e buscam o envolvimento nas tarefas e trabalhos propostos pra o projeto de escola que se vislumbra. Sendo este processo relevante na democratização da gestão escola, sendo legitimada nas ações de estar junto, do fazer coletivo, do sentimento de grupo.

5.2 Círculos de compartilhar

¹¹ Comentados anteriormente no trabalho.

Após aprovação do projeto de pesquisa pela banca, a ideia era apresentar a proposta para a comunidade no Seminário de Educação “Dialogando e Construindo Ações para a Convivência na Atual Realidade”, que a escola realiza anualmente, onde as pessoas da comunidade escolar tem espaço para apresentar, compartilhar, falar sobre temas relevantes a convivência e as necessidades dos indivíduos, como nos coloca Freire (1991, p. 16):

Não devemos chamar o povo à escola para receber instruções, postulados, receitas, ameaças, repreensões e punições, mas para participar coletivamente da construção de um saber, que vai além do saber de pura experiência feita, que leve em conta as suas necessidades e o torne instrumento de luta, possibilitando-lhe transformar-se em sujeito de sua própria história.

O Seminário aconteceria no mês de novembro, porém em reunião com a equipe da escola, fez-se a opção de não se realizar em virtude de contenção de gastos, e a demanda de serviço de prestação de contas do Programa Novo Mais Educação. Assim busquei outros meios de tentar chegar até os sujeitos da comunidade, pois pensar a escola se faz necessária a participação dos sujeitos que dela fazem parte.

Então, para realizar os encontros com os diferentes segmentos da comunidade escolar, procurei basear-me nos Círculos de Cultura, propostos e experienciados por Paulo Freire nos anos sessenta. Círculo porque a disposição de todos os participantes formava a figura geométrica do círculo, de forma que todos podiam se enxergar, olhar, olho no olho; e Cultura porque se estabeleciam as relações do homem com o meio em que estava inserido, com a realidade. Descartava-se a ideia de sala de aula, de ensinação, e abria-se espaço para a possibilidade de que todos podiam aprender como também ensinar.

[...] os Círculos de Cultura são precisamente isto: centros em que o Povo discute os seus problemas, mas também em que se organizam e planificam ações concretas, de interesse coletivo. [...]estabelece-se um dinamismo entre os Círculos de Cultura e a prática transformadora da realidade, de tal modo que passam a ativar-se e reativar-se mutuamente (FREIRE, 1980, p. 141).

A partir da definição de Freire (1980) era importante considerar as características fundamentais que oportunizariam um estudo dialógico e reflexivo, identificando mecanismos de ação e reflexão sobre suas ideias, realidades, vivências, leitura de mundo, etc., buscando desencadear o processo de conscientização política e ações coletivas.

Figura 2 - Círculo de Cultura – Angicos – 1963



Fonte: Disponível em: <<http://www.projeto memoria.art.br>> Acesso em: 24 jun. 2018.

Observando as considerações acima propôs-se ao grupo os encontros denominados por mim de Círculos de Compartilhar, ou seja, participar juntamente com os outros.

Foi realizado um círculo inicial para apresentação da pesquisa, ainda no início de novembro, com convite aos diferentes segmentos. Compareceram em sua maioria os professores, funcionários, colegiados (com representantes de pais e alunos), e ainda alguns pais e alunos.

Já no segundo círculo, ao final de novembro, o público se manteve, onde foram discutidos conceitos de participação, comunidade, responsabilidade, gestão democrática.

A proposta inicial do projeto era no segundo círculo serem sugestionados temas de estudo para os encontros seguintes, e no último encontro serem elencados quais elementos discutidos contribuiriam para compreender os fatores que facilitam e/ou limitam a participação dos diferentes segmentos na escola.

A ideia passou a ser parte do terceiro círculo devido ao espaço de discussão disponibilizado aos participantes. Assim no terceiro encontro, realizado na primeira quinzena de dezembro, foi realizada a leitura em pequenos grupos, de trechos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e do Projeto Político Pedagógico e Regimento da Escola que preveem a participação. Logo em seguida os grupos foram convidados a relatarem ao grande grupo suas discussões. E ao final sugestionarem temas, dentro da perspectiva de participação na escola, para os próximos encontros.

Foram sugestionados temas como: Discutir estratégias de aproximação da família com a escola; Inserção da família no espaço escolar; Processo democrático e a participação; O papel dos colegiados; Escola X Família: Formas de participação. Porém surgiu no grupo, a proposta de, ao invés os círculos serem de estudo, os mesmos serem de ações. Entendeu-se que os sujeitos demonstram noção de como a escola funciona, como se relaciona, e conseguiram identificar alguns fatores que facilitam e/ou limitam a participação na escola, solicitando então movimentos que auxiliassem a escola a mostrar-se aberta a comunidade, como exemplifico abaixo:

a) E tem um elemento importante que discutimos que é, qual é o entendimento que as pessoas que fazem parte desses segmentos tem de participação, por exemplo, em que momento a escola chamou esse sujeito para discutir o que é participação, ou que elementos fazem com que esses sujeitos sejam atuantes nesse segmento, porque daqui a pouco eles participam partindo de uma concepção que eles têm de atuação que não é necessária para que a gente dê conta de uma escola eminentemente democrática.

b) A gente inclusive comentou que é um desafio para 2018 pensar em mecanismos que ajudem a escola a chamar a comunidade para participar, pois já estamos tendo espaço para formação desses segmentos, discutindo elementos como: o que é participar? Como e qual melhor forma de participar? Que espaços garantidos nós temos de participação?

c) Nesse sentido a gente trouxe também a preocupação de que esses sujeitos investidos no poder, os empoderados, que eles tenham espaço para efetivar essa

participação através de ações significativas, além da formação.

d) É preciso que se garanta espaços de formação, porque ninguém nasce sabendo isso ou aquilo, mas também é preciso a prática.

e) Nem todo mundo pode vir, tem uns que trabalham na hora que os filhos estão na escola, mas as pessoas tem que se dar conta que é responsabilidade delas os filhos, e também saber o que acontece na escola. Quando se quer, se ajeita as coisas e se acha tempo.

Figura 3 – Círculo de Comparticipar – EMEB Fernando Ferrari - 2017



Observando a consideração de Freire (1997, p.41) “face ao novo não repele o velho por ser velho, nem o novo por ser novo, mas aceita-os na medida em que são válidos”, optei por aceitar o desafio e reorganizar as ideias dos encontros.

Assim o quarto e quinto círculos foram direcionados respectivamente para as reuniões de início de ano, que geralmente acontecem no mês de março, e para o Dia da Comunidade na Escola que é realizado no mês de abril.

Em março deste ano de 2018 aconteceram as reuniões iniciais de ano letivo onde a escola realiza chamamento a comunidade escolar para as reuniões por turma, de apresentação dos professores, metodologias e combinados.

As reuniões, 18 no total, aconteceram com bom número de participantes. Em média, essas reuniões tinham tempo de duração de uma hora e quarenta e cinco

minutos (algumas excederam este tempo). Basicamente a pauta contemplava espaço para um dos membros da equipe gestora iniciar a reunião dando boas vindas, passar os combinados que a escola propunha para este ano, a coordenação retomar datas previstas para o calendário escolar e esclarecer dúvidas quanto aos procedimentos de avaliação e acompanhamento dos alunos, aos professores apresentarem metodologia e procedimentos previstos para o ano, aos pais e alunos espaço para questionamentos ou sugestões.

Após o término de todas as reuniões, foi encaminhado aos membros da comunidade alguns questionamentos com perguntas abertas e fechadas em referência a este primeiro movimento que a escola realizou visando a participação.

O próximo passo então seria o Dia da Comunidade na Escola, no mês de abril, que consistiria em convidar os familiares e comunidade em geral a participarem de atividades juntamente com seus filhos, alunos e profissionais da escola. Essas atividades poderiam ser propostas pela escola, como também pelos próprios familiares e comunidade, no sentido de confraternizar, mostrar seus conhecimentos, vivências, etc.

Porém novamente as ideias precisaram serem adaptadas, por dois motivos. Primeiramente esta atividade seria desenvolvida na primeira quinzena de abril, data que precisou ser transferida, pautada juntamente com a escola, devido a indisponibilidade da pesquisadora, por motivos de saúde familiar. E em segundo momento a escola foi convidada a sediar a ACISO - Ação Cívico Social.

Assim, optou-se por esta ação fazer parte do movimento proposto anteriormente pelo grupo, uma vez que além de contemplar pais, alunos, professores e funcionários, também abriria espaço para a comunidade em geral, o que compreenderia Associação de Moradores do Bairro Capão do Angico (onde a escola está localizada), Unidade de Saúde (Centro Social Urbano) e Estabelecimentos Comerciais.

Então no dia vinte e seis do referido mês foi realizada a Ação Cívico Social promovida pela Prefeitura Municipal de Alegrete, na Escola Municipal de Educação Básica Fernando Ferrari e na Praça Aristides Carvalho, das 8 às 17 horas com atividades como: Atendimento pela Prefeita e Vice-Prefeito; Cadastramento para plantio de árvores; Execução de podas; Lançamento da Campanha do Agasalho

2018; Divulgação dos serviços prestados pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social); Atividades recreativas – MOV (Movimento da Vida); Contação de histórias; - Programa Super Saudável – ginástica; Nutricionista; Campanha de Vacinação H1N1; Vigilância (Vetores); Ponto de coleta de eletroeletrônicos, tampas plásticas, lacres de alumínio, gorduras saturadas e pneus; Revitalização da sinalização viária; Unidade Móvel do PROCON (Programa de Proteção e Defesa do Consumidor); Serviço de apoio ao empreendedor: formalização de empresas, alvarás, informações sobre empréstimo à microempresas; Atendimento pelo Núcleo de Práticas Jurídicas da URCAMP (Universidade da Região da Campanha); SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial); Atendimento odontológico e médico pelo quartel e Sessão da Câmara de Vereadores.

Figura 4 – Atendimentos - ACISO



Fonte: Disponível em <<https://alegretetudo.com.br>> Acesso em: 28 abr. 2018.

Os Círculos de Comparticipar além de momentos de estudos, proporcionaram uma aproximação entre os segmentos da comunidade escolar, onde conseguiam expressar-se, opinar, questionar e principalmente estabelecer o respeito e o reconhecimento às contribuições do outro.

5.3 O que os círculos nos trouxeram

5.3.1 Sujeitos da história

Como para o processo de desenvolvimento da pesquisa não foi realizada uma delimitação de quantidade de sujeitos participantes, mas sim um convite a todos que quisessem participar, ficaria difícil definir uma caracterização única do público envolvido.

Muitos foram os pais, alunos, funcionários, professores e comunidade em geral que se fizeram presentes nos momentos propostos. Numericamente nos três primeiros círculos de compartilhar em média estiveram presentes em cada um, 45 pessoas, contemplando os diferentes segmentos que compõem a escola. Nos outros dois movimentos de mobilização da comunidade, já citados anteriormente, ficou praticamente inviável quantificar pois como eventos abertos ao grande público, muitas foram as pessoas que circularam na escola.

Pode-se observar na fala de muitos participantes a ligação e o carinho em que se dirigem e/ou tratam a escola e as suas próprias histórias, como ex-alunos que hoje são pais/avós de alunos, professores ou funcionários:

Identifica-se como a) alunos, c) comunidade em geral, f) funcionários, p) professores e r) pais/responsáveis.

r) Professora eu estudei aqui, quando ainda era de piso de tábua.

c) Fui aluno da professora [...], ela nos ensinou que a escola também é nossa.

r) A senhora ainda trabalha aqui! Fui sua aluna, e agora tô trazendo minha filha pra estudar aqui.

p) Estudei aqui no tempo da [...] me formei e hoje dou aula na minha escola.

c) Não deve ser do seu tempo, quando a escola era mais ali em cima no início do bairro, depois que se mudou pra cá.

f) Estava procurando a ficha de um aluno e encontrei a ficha do [...] quando foi aluno aqui, tinha até foto.

Em suas falas, trazem muito da cultura da época, das lembranças, e acabam identificando-se como sujeitos da história da escola. E através dessa reflexão sobre

a realidade que vivenciamos, sobre o mundo e sobre nós mesmos, que acabamos nos tornando autores, sujeitos da história.

Como autores, faz-se necessário perceber também a capacidade de transformar, modificar, inovar o meio em que estamos, cientes das próprias ações, responsabilidades e limitações quanto ser social e na convivência com os outros.

Convivência esta que quando dialógica, expressa relação direta com a democracia, com o direito/deveres do outro sem ferir os próprios, com a consciência de espaço que os cidadãos devem ter na sociedade, pois é no contexto das relações sociais que os sujeitos vão se constituindo.

Sendo assim:

“[...] se estamos preocupados em formar cidadãos participativos por meio da escola, é preciso dispor as relações e as atividades que aí se dão de modo a “marcar” os sujeitos que por ela passam com os sinais da convivência democrática. [...] A educação consiste, pois, na mediação pela qual se processa a formação integral do homem em sua dimensão histórica (PARO, 2007, p. 107 – 110).

Observa-se no contexto das falas, quando questionados se sentiam parte integrante e participativa da escola, que os sujeitos participantes mostram-se a vontade para expressar suas opiniões:

a) Me sinto acolhida e tenho abertura para falar com todos no ambiente escolar, onde consigo expor minha opinião.

f/r) Sou mãe de aluno e funcionária e procuro sempre me manter a disposição da escola, sou membro do CPM a escola.

p) Sim, porque me sinto envolvida em todas as atividades propostas pela escola e bem ambientada com todos os seguimentos.

f) Sim, podemos opinar em assuntos referentes à escola que somos apoiadas e assim nos sentimos com segurança e sabemos que teremos apoio dos gestores.

r) Sim, porque participo das atividades oferecidas na escola, também convido os pais a

participarem.

f) Sim, porque todas as iniciativas são colocadas para discussão de qual melhor alternativa a seguir, usa-se muito a democracia.

c) Em 99% das vezes sim. Já ouvi uma ocasião em que não foi possível minha participação em uma questão em que havia um outro ponto de vista. Acredito que ser partícipe é ter plena liberdade de fala, respeitando sempre as pessoas.

Assim quando cada sujeito vai assumindo seu papel como construtor da própria história e de como ela se articula com a história do outro, vai constituindo sua condição de cidadão.

5.3.2 Relação comunidade e escola

Em quase toda comunidade é possível se verificar uma escola, por certo pode-se dizer que a escola é parte da comunidade, assim como as pessoas que nela trabalham, estudam e vice-versa, ou seja, a comunidade não deve ausentar-se da escola.

f/r) A escola oferece oportunidade para a comunidade participar, faz a sua parte, mas a comunidade não corresponde, não dá a devida importância às propostas oferecidas pela escola. Tem sido proposto pela escola palestras, cursos gratuitos, mas como já foi dito acima, muitas vezes não sentimos o retorno do público alvo.

p) A gestão da escola aceita a participação dos pais ou responsáveis nas atividades desenvolvidas. Chama para a integração da família com os projetos da escola. Trata os conflitos diversos por meio do diálogo. Orienta a comunidade para valorizar o espaço. Viabiliza a participação democrática.

r) Eu gosto de vir na escola, ajudar, visitar, estar nas festas, mas tem mães que não sabem participar, querem mandar, fazer fofoca e que o melhor tem que ser só pros

filhos delas. Aí a direção tem que se impor, senão onde fica o direito dos outros.

O que não quer dizer que não existam orientações a boa convivência de todos, pois como trazem os relatos nem sempre os diferentes segmentos que compõem a comunidade, conseguem expressar-se sem interferir no direito do outro. É uma relação de construção social, de gerir conflitos, estabelecer que os sujeitos não sejam apenas ouvintes, mas sim participantes, como nos coloca Dyrell (1996, p. 137):

Apreender a escola como construção social implica, assim, compreendê-la no seu fazer cotidiano, onde os sujeitos não são apenas agentes passivos diante da estrutura. Ao contrário, trata-se de uma relação em contínua construção, de conflitos e negociações em função de circunstâncias determinadas: a escola pode ser um espaço discriminatório de "aprendizado da separação" ou, em contrapartida, pode ser uma importante instância de emancipação e de mudança.

A participação é válida, deve ser garantida como expressam as leis e como os próprios sujeitos descrevem abaixo:

r) Diante do exposto na lei, a participação ocorre de maneira geral, porém, é mais concreta por parte de quem atua na escola (professores, alunos, funcionários) do que das famílias, ou seja, a participação ocorre muito mais por quem compõe os colegiados (CPM e Conselho Escolar) do que pelos demais. Percebemos que ocorrem situações em que a participação de forma construtiva é confundida e as famílias muitas vezes tratam os problemas da escola fora dela, em conversas com terceiros que não contribuem para o crescimento do educando. Acreditamos que a participação de toda a comunidade escolar é fundamental para o bom desenvolvimento do processo educativo.

p) Em partes, pois a lei sozinha, no papel não conta com aqueles mecanismos objetivos de execução daquilo que se propôs. A lei serve para "garantir" a possibilidade de efetivação de ações, porém nenhuma ação pode ganhar forma na realidade sem o efetivo "agir" humano, que é algo que ocorre no papel, no mundo dos fenômenos reais.

É necessário que comunidade e escola responsabilmente estabeleçam uma relação de parceria em benefício principal do aluno, sendo impossível colocar à parte uma e outra, uma vez que, este sujeito (aluno) não deixa de ser filho e cidadão, não estando apenas a escola a cargo de sua educação, mas sim os diferentes segmentos em que ele frequenta, como família, igreja, círculo de amizades, etc.

Para que se estabeleça esta relação comunidade-escola, é de suma importância que o espaço de participação seja garantido à todos, como também o desejo de participar. Partilhando da ideia de Barbier (2002, p. 70-71):

É preciso entender aqui o termo “participação” epistemologicamente em seu mais amplo sentido: nada se pode conhecer do que nos interessa [...] sem que sejamos parte integrante, “actantes” na pesquisa, sem que estejamos verdadeiramente envolvidos pessoalmente pela experiência, na integralidade de nossa vida emocional, sensorial, imaginativa, racional. É o reconhecimento de outrem como sujeito de desejo, de estratégia, de intencionalidade, de possibilidade solidária.

Para fortalecer esta relação comunidade-escola, um longo caminho é percorrido, é preciso dar voz aos sujeitos da história, conhecer suas ideias, sua vivência de mundo, princípios, desejos, ou seja, que se conheçam, para a partir daí poderem saber se valorizar, respeitar e serem realmente protagonistas em uma gestão democrática. Que nas palavras de Veiga (1998, p.11-35) a busca da gestão democrática inclui, necessariamente, a ampla participação dos representantes dos diferentes segmentos da escola nas decisões/ações administrativo-pedagógicas ali desenvolvidas.

5.3.3 Fatores que facilitam e/ou limitam a participação dos diferentes segmentos que compõem a escola

f/r) A escola oferece para a comunidade oportunidade de participar, faz a sua parte, mas a comunidade não corresponde, não dá a devida importância as propostas oferecidas pela escola, com isso nós dizemos que o que têm sido proposto pela escola, mas como já foi dito muitas vezes não sentimos o retorno do público alvo. A escola têm feito a sua parte, mas o retorno não está vindo, a comunidade não

entendeu, não assimilou que a escola é feita pela comunidade, porque a grande maioria dos nossos alunos são daqui do bairro, e a gente percebe que são sempre os mesmos pais que estão sempre presentes.

r) A gente percebe que a escola se esforça, muitas vezes traz palestrante, e quer promover um trabalho bem feito, pesquisa um tema que vá de encontro com carência dessa comunidade, que os pais precisam ouvir, os alunos, que toda comunidade precisa ouvir mas eles não estão dando aquela importância que deveriam, porque na verdade os beneficiados seriam eles, os alunos, o nosso bem maior.

Iniciei este subtítulo do trabalho logo com as considerações de alguns sujeitos participantes, pois elas me fizeram refletir, logo no início dos círculos de compartilhar.

Primeiramente porque demonstram compreender que a escola não deve caminhar sozinha, e que seu existir só se efetiva na presença dos sujeitos que dela fazem parte.

Segundo, que os relatos apresentam uma certa frustração em relação ao insucesso, na visão dos participantes, das tentativas da escola em chamar a comunidade para as atividades.

Terceiro que essas palavras não são exclusivamente de professores ou funcionários que acompanham diariamente o proceder das atividades na escola desenvolvidas, mas são opiniões dos próprios pais/responsáveis. Assim, tentando investigar mais o cerne da questão, após a primeira atividade pensada como forma de auxiliar a escola a mostrar-se aberta a comunidade, foi aplicado um questionário, distribuído de forma aleatória entre os diferentes segmentos da escola em um total de 75.

Este questionário contemplava as reuniões de início de ano letivo. Iniciou-se perguntando se o sujeito havia participado de alguma destas reuniões, sendo que de um total de 50, que foram os questionários que retornaram, 80% responderam sim e 20% não.

A seguir, para as respostas sim: Você achou adequado os procedimentos da reunião? Sentiu-se à vontade para dar opiniões? Explique.

As respostas convergem para aprovação destas reuniões e a forma como foram conduzidas:

r) Achei adequado, pois além das reuniões darem esclarecimentos sobre a escola, nos foi dada a oportunidade de participar com sugestões.

a) Foi bom para conhecer um pouco a professora e as opiniões dos pais.

r) Muito bom a gente poder falar o que precisa sobre eles. (*alunos-filhos*)

r) Fiquei satisfeita porque tiramos várias dúvidas com a escola.

p) Há uma abertura para os questionamentos e opiniões, onde todos podem expressar suas ideias.

f/r) Como as reuniões são realizadas por turmas, fica mais clara a participação de cada um dentro do processo. E também conseguimos sanar nossas dúvidas sobre o ano letivo, e mais especificamente para o ano em que nosso filho se encontra.

Para as respostas não: Por qual motivo você não pode participar de pelo menos uma das reuniões?

Justificaram como motivo o horário de trabalho, não ter ido à escola neste dia por ser um período menor de aula, tinha horário em outra escola, respectivamente os pais, os alunos e os professores e funcionários.

Mas que gostariam de ter participado, pois entendem que só terão capacidade de acompanhar, dar sugestões ou opinar se estiverem presentes na escola.

Atentando a ideia de Paro (2001b, p.16) que defende a importância da participação da comunidade em uma gestão democrática da escola, definida como “partilha do poder”, ou seja, como “participação na tomada de decisões”, seguiram os próximos questionamentos:

Sobre considerarem importante o espaço de participação da comunidade escolar (pais, alunos, funcionários, professores e comunidade em geral) nas decisões da escola, 96% responderam sim e 4% preferiram não opinar.

E logo em seguida foi solicitado que citassem algum momento em que haviam participado nas decisões da escola. Os mais citados foram: elaboração do PPP, construção do calendário escolar, eleição de diretores e eleição para CPM.

Como obteve-se um bom retorno dos questionários em relação a atividade anterior, optou-se como forma de registro perguntas nos moldes já apresentados no outro momento, com perguntas abertas e fechadas para a atividade da ACISO.

A comunidade foi perguntada se teve a oportunidade de participar de pelo menos uma atividades desenvolvidas na ACISO, onde 70% responderam sim e 30% não.

Para respostas sim, se julgavam viável essa aproximação da comunidade com a escola e com os serviços disponibilizados pela prefeitura, e se os serviços haviam sido bons.

Observou-se:

r) Não tenho palavras para agradecer, a escola é maravilhosa, as professoras são queridas e o pessoal da direção também.

c) Foi uma iniciativa muito legal, mesmo sendo moradora do bairro pude conhecer melhor a escola.

c) A escola ajuda a comunidade, nossas reuniões do bairro mesmo são feitas em uma das salas que emprestam.

r) Foi uma boa oportunidade pra cobrar o que os políticos prometem na campanha eleitoral, Queria que tivesse mais pais pra pressionar pra sair nossa quadra coberta, porque o pessoal da escola estava todo lá.

E foi solicitado também de que atividades a pessoa teria participado. Diversas foram as respostas de acordo com os serviços citados anteriormente, porém os mais citados foram: o encontro com a prefeita, a escuta as reivindicações dos moradores, serviço de corte de cabelo e dentista.

Aos que haviam respondido que não tinham participado, perguntou-se o motivo. Dentre as justificativas obteve-se respostas como: o horário de trabalho, estar cumprindo horário em outra escola, não ter interesse de participar das

atividades da prefeitura, não ter reivindicações para os políticos que estiveram no bairro, estar com situação de problema de saúde na família.

Partilhando das considerações de Gadotti e Romão:

[...] para facilitar a participação é preciso oferecer todas as condições. Costuma-se convocar a população para participar em horários inadequados, em locais desconfortáveis ou de difícil acesso etc., sem nenhum cuidado prévio. A população precisa sentir-se respeitada, ter prazer reconhecer a importância do exercício de seus direitos e em participar (2002, p.48).

Estabelece-se participação quando todos estão cientes da importância de comparecer, contribuir nas ações desenvolvidas, ganhar espaço unindo-se as forças, buscando a cumplicidade, apoiar o outro, como bem nos fala Paulo Freire “escola é sobretudo, gente.

6 Considerações Finais

Considerando os objetivos da pesquisa: identificar e compreender os instrumentos e mecanismos utilizados pela escola que possibilitassem a participação dos pais, alunos, professores, funcionários e a comunidade em geral a envolver-se nos processos constitutivos da escola. Encontramos registrado, nos documentos de que a escola considera como mecanismos de participação os colegiados: Círculo de Pais e Mestres - CPM, Conselho Escolar e Grêmio Estudantil; os Conselhos de Classe, as Reuniões, a Avaliação Institucional, o Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar.

Partindo da realidade onde se pretendia trabalhar, as observações no local e a própria avaliação institucional da escola serviram como instrumentos de registros iniciais, já assinalando que o grupo demonstrava uma ideia inicial sobre o significado da participação na escola, e muitas vezes atrelando suas funções como forma de participar.

Propôs-se os círculos de compartilhar afim de discutir com a comunidade os conceitos de participação, tentar analisar a compreensão de participação desses sujeitos, buscando compreender e descrever os fatores que facilitam e/ou limita a participação dos diferentes segmentos na escola.

Os sujeitos participantes dos círculos de compartilhar mostraram-se empenhados em constituir o espaço para o diálogo, como já citado anteriormente, foi necessário estender o segundo e terceiro círculos para garantir a participação à todos.

Pode-se observar, e constatar nos relatos dos participantes que a escola busca promover espaços de discussão, mostra-se aberta as colocações da comunidade, e na medida do possível tenta reorganizar suas atividades para contemplar uma maior parcela dos segmentos que a compõem. Sendo possível considerar que é a escola que toma a frente às iniciativas de aproximar os integrantes da comunidade escolar, delineando caminhos para a implantação de uma gestão democrática, não só realizando convite aos participantes do processo, mas gerando condições para que os mesmos queiram e possam estar inseridos.

A comunidade por sua vez não se faz presente em sua totalidade nos diferentes eventos da escola, porém observa-se que os maiores públicos estão em atividades que digamos interferir diretamente na vida escolar, como foram as atividades de reuniões de início de ano, onde teve-se salas cheias de pais, alunos, professores e funcionários dialogando sobre o ano letivo.

Dessa forma para que haja a participação e que se materialize a gestão democrática, considerando uma educação de qualidade e o atendimento as necessidades das questões educacionais mostra-se imprescindível o envolvimento de cada sujeito. Porém mobilizar a comunidade escolar nem sempre se mostra uma tarefa fácil, precisa estar bem delineada e desenvolver mecanismos que objetivam buscar a participação como forma de transformar o meio em que se está inserida.

É muito importante que existam bases legais para certificar a participação de todos, porém a democracia na escola não pode ser apenas um registro nesses documentos e legislações da área. Precisa sim ser assumida como responsabilidade de todos: alunos, pais, funcionários, professores, gestores, colegiados, comunidade. Como foi a consideração de uma das participantes: *[...] mas as pessoas tem que se dar conta que é responsabilidade delas os filhos, e também saber o que acontece na escola. Quando se quer, se ajeita as coisas e se acha tempo.*

Essa identidade de sujeito participante, que assume seu papel como construtor de sua história, e logo responsável pelas relações que estabelece com o outro, faz falta para se constituir um cidadão.

De acordo com Paro (2001), o envolvimento da comunidade escolar e comunidade em geral permite a possibilidade de controle democrático do Estado em quantidade e qualidade segundo as obrigações e responsabilidades do poder público e o interesse da sociedade na oferta de educação escolar.

Seguindo esta linha de raciocínio:

[...] a democratização da escola pública deve implicar não apenas no acesso da população a seus serviços, mas também a participação desta na tomada de decisões que dizem respeito a seus interesses [...] (PARO, 2003, p. 27).

Oportunizando que a presença da comunidade no cotidiano escolar também elabore o pensamento de participação nas decisões civis, movimento de organizações em propostas mais amplas como ações que envolvam o bairro,

contribuindo no acompanhamento das políticas educacionais como forma de pressionar aos governos o encaminhamento de projetos que atendam às necessidades da educação.

Assim, a participação da comunidade escolar assume força fundamental para o exercício da gestão democrática, estando nos mecanismos de participação à oportunidade de expor suas ideias, trocar informações e legitimar a capacidade decisória nas demandas escolares.

Ficou acordado com os sujeitos participantes que em momento oportuno será dado retorno a comunidade quanto as considerações expostas no relatório de pesquisa, assim como a possibilidade de se seguir pensando, dialogando e insistindo para que a participação na escola seja efetiva.

REFERÊNCIAS

ALEGRETE. Lei nº 3.043/2000 de 13 de novembro de 2000. Institui e regulamenta o Conselho Escolar para as escolas que integram o Sistema Municipal de Ensino. **Câmara Municipal de Alegrete**, Poder Legislativo, Alegrete, RS, 13 nov. 2000. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rs/a/alegrete/lei-ordinaria/2000/305/3043/lei-ordinaria-n-3043-2000-institui-e-regulamenta-o-conselho-escolar-para-as-escolas-que-integram-o-sistema-municipal-de-ensino?q=conselho%20escolar>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

ANDRADE, Rosamaria Calaes de. **A gestão da escola**. Porto Alegre: Artmed, 2004 (Coleção escola em ação).

BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Tradução de Lucie Didio. Brasília, DF: Plano Editora, 2002.

BORDIGNON, Genuíno. Gestão democrática da escola cidadã. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Orgs.). **Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho**. Brasília, DF: MEC/SEMTEC, 2004, p.291-310.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 27 dez. 1961. Seção 1 p. 11429.

_____. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Seção 1, p.6377.

_____. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 29 set. 2017.

_____. Lei n.º 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p.27833. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 03 out. 2017.

_____. **Conselhos escolares: Uma estratégia de gestão democrática da educação pública**. Brasília: MEC/SEB, 2004.

CARMO, Hermano; FERREIRA, Manuela Malheiro. **Metodologia da Investigação: um guia para a auto-aprendizagem**. Lisboa. Universidade Aberta, 1998.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Gestão democrática dos sistemas públicos de ensino. In: OLIVEIRA, M. A. M. (Org.). **Gestão Educacional: novos olhares, novas abordagens**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010, p.15–21.

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. **Trabalho escolar e conselho de classe**. Campinas: Papyrus, 1995.

DAYRELL, Juarez. **A escola como espaço sócio-cultural**. In: DAYRELL, Juarez (org.) **Múltiplos Olhares sobre educação e Cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.

DOURADO, Luiz Fernandes. A visão dos dirigentes escolares sobre o processo de gestão vivenciado na escola pública municipal de Goiânia. In: DOURADO, Luiz Fernandes. (Org.). **Gestão escolar democrática: a perspectiva dos dirigentes escolares da rede municipal de ensino de Goiânia-GO**. Goiânia: Alternativa, 2003, p.22-47.

FREIRE, Paulo. **Quatro cartas aos animadores de Círculos de Cultura de São Tomé e Príncipe**. In: BEZERRA, Aída; BRANDÃO, C. (Org.). **A questão política da educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. **A Educação na Cidade**. São Paulo, Cortez, 1991.

_____. **Educação e Mudança**. 21ª edição, São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1997.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GADOTTI, Moacir. **Escola cidadã**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José E. (org.). **Autonomia da escola: princípios e propostas**. 5ªed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRACINDO, Regina Vinhaes. O gestor escolar e as demandas da gestão democrática: exigências, práticas, perfil e formação. **Retratos da Educação**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 135-147, jan./jun. 2009.

GUTIERREZ, Gustavo Luiz. **Por que é tão difícil participar?** O exercício da participação no campo educacional. São Paulo: Paulus, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

_____. **Organização e gestão da Escola**: teoria e prática. 5 ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LÜCK, Heloísa. A evolução da gestão educacional a partir de mudança paradigmática. **Gestão em Rede**, São Paulo, n.3, p.13-18, nov. 1997.

_____. Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto à Formação de seus Gestores. **Em Aberto**, Brasília, v. 17, n. 72, p. 11-33, fev./jun. 2000.

_____. **A gestão participativa na escola**. Petrópolis: Vozes, 2006 (Série: Cadernos de Gestão).

_____. **Perspectivas da avaliação institucional da escola**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

LÜCK, Heloísa et.al. **A escola participativa**: o trabalho do gestor escolar. 5ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

LÜDKE, Menga. ANDRÉ, MarliElizaDalmazAfonso. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MAGALHÃES, Maria Cecília Camargo. Sessões reflexivas como ferramenta aos professores para a compreensão crítica das ações da sala de aula. CONGRESSO DA SOCIEDADE INTERNACIONAL PARA PESQUISA CULTURAL E TEORIA DA ATIVIDADE, 5., 2002, Amsterdam. **Anais...** Amsterdam: VrijeUniversity, 2002.

PARO, Vitor Henrique. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

_____. **Gestão democrática na escola pública**. São Paulo: Ática, 2001b.

_____. **Eleição de diretores: a escola pública experimenta a democracia**. 2 ed. São Paulo: Xamã, 2003.

_____. **Gestão escolar, democracia e qualidade de ensino**. São Paulo: Ática, 2007.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **PNE**. Disponível em < <http://pne.mec.gov.br/>> Acesso em: 03 jun. 2017.

REGIMENTO ESCOLAR. **Regimento Escolar da Escola Municipal de Educação Básica Fernando Ferrari**. Alegrete, 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Lei n. 10.576, de 14 de novembro de 1995. Dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino do Estado do Rio Grande do Sul. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul**, Poder Legislativo, Porto Alegre, 16 nov. 1995. Seção 219, p.1. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100018.asp?Hid_IdNorma=11775&Texto=&Origem=1>. Acesso em: 03 jun. 2017.

SPOSITO, Marília Pontes. Educação, gestão democrática e participação popular. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, n. 15, v. 1, p. 52-56, jan./jun. 1990.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-ação**. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Metodologia da Pesquisa-ação**. 18ed. São Paulo: Cortez, 2011.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva**. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papyrus, 1998. p.11-35.

_____. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papyrus, 2009.